



**RELATÓRIO
& CONTAS**

DEZEMBRO

2014

ÍNDICE

01.

GERAL	03
Corpos Sociais.....	04
Árvore do Grupo	05
Informação Geral	06

02.

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO	07
Relatório Único de Gestão	08
Anexo ao Relatório Único de Gestão.....	26

03.

CONTAS INDIVIDUAIS	28
Demonstrações Financeiras.....	29
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	34

04.

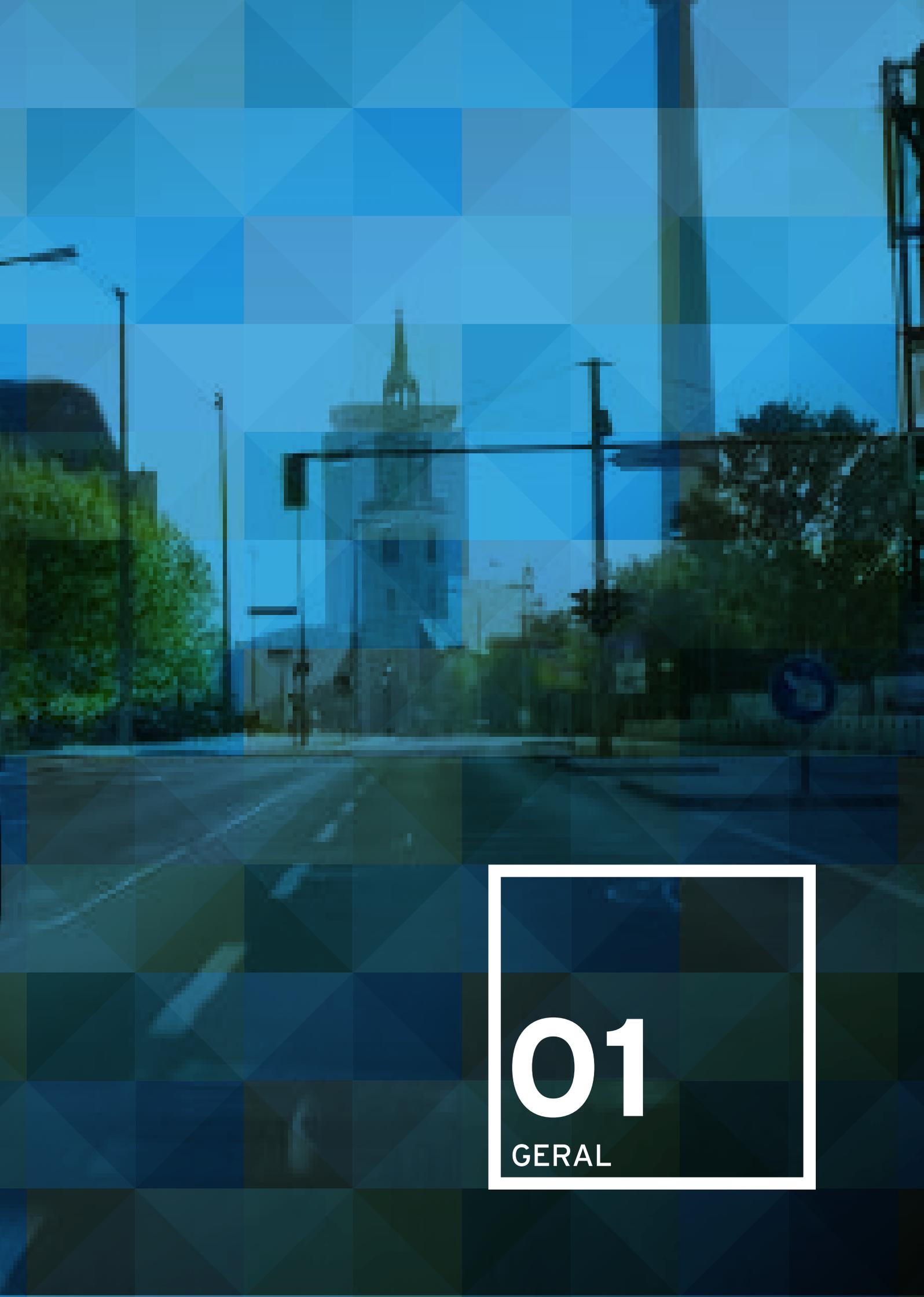
CONTAS CONSOLIDADAS	71
Demonstrações Financeiras.....	72
Notas às Demonstrações Financeiras.....	78

05.

PARECERES	141
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	142
Declaração do Conselho Fiscal.....	143
Certificação Legal das Contas (Individual).....	144
Certificação Legal das Contas (Consolidada).....	146
Declaração da Comissão e Remunerações	148

06.

GOVERNO SOCIETÁRIO	149
---------------------------------	-----



01

GERAL

CORPOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

José Lourenço Abreu Teixeira ▪ Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva ▪ Vice-Presidente

Maria Olívia Almeida Madureira ▪ Secretário

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta ▪ Secretário

Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos ▪ Presidente & CEO

Maria Angelina Martins Caetano Ramos ▪ Vogal

Salvador Acácio Martins Caetano ▪ Vogal

Miguel Pedro Caetano Ramos ▪ Vogal

Daniele Schillaci ▪ Vogal

Takeshi Numa ▪ Vogal

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes ▪ Vogal

Yoichi Sato ▪ Suplente

Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes ▪ Presidente

Alberto Luís Lema Mandim ▪ Vogal

Maria Lívia Fernandes Alves ▪ Suplente

Takao Gonno ▪ Suplente

Revisor Oficial de Contas

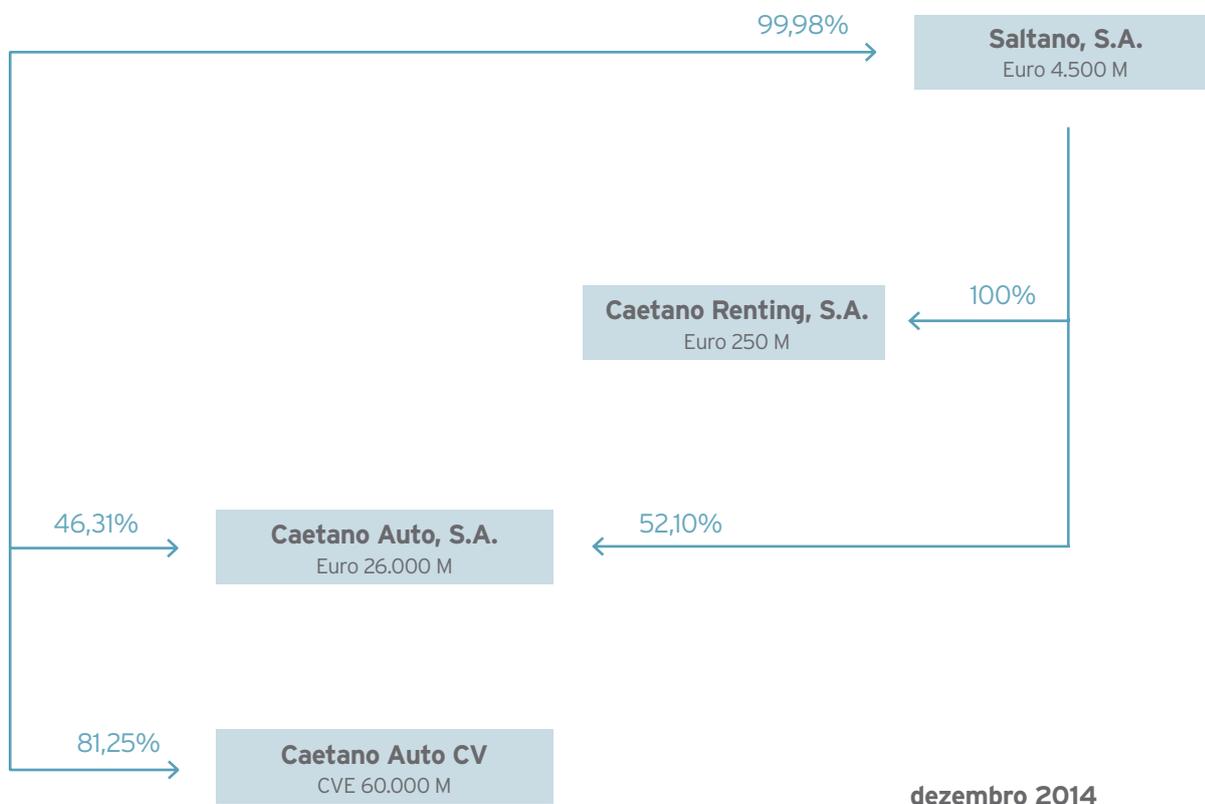
PricewaterhouseCoopers & Associados ▪ Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por José Pereira Alves, ou por José Miguel Dantas maio Marques

António Joaquim Brochado Correia ▪ Suplente

ÁRVORE DO GRUPO

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Euro 35.000 M



INFORMAÇÃO GERAL

Sede

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Telef. 227 867 000 - Fax 227 867 215

Unidade Fabril de Ovar

Estrada Nacional 109 - Nr. 1427 - 3885 - 100 Arada
Telef. 256 790 000 - Fax. 256 790 008

Direção Regional Sul

Carregado
Estrada Nacional 3 - Km 1 - 2580 - 595 Carregado
Telef. 263 857 244 - Fax 263 857 204

Data de Constituição: 4 de julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037
Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia Nº 500239037
Capital Social: EUR 35 000 000
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa



02

RELATÓRIO ÚNICO
DE GESTÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

José Ramos | Presidente | Toyota Caetano Portugal

2014 será recordado pelos Portugueses pelo ano de saída da Troika e o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), iniciado em maio de 2011, entre as autoridades portuguesas, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por esta razão diria, agora sim, estamos num novo ciclo! Não temos Memorandum de Entendimento, é certo, mas ainda não podemos ficar plenamente descansados porque as incertezas continuam, e são muitas! Na Europa continua a incerteza na Ucrânia e na Grécia, com as respetivas repercussões. E Angola, um mercado muito importante para Portugal, entrou num período de estagnação devido à crise no petróleo.

Embora não estejamos perante um contexto de crescimento consolidado, eu vejo-o como promissor para o nosso País, porque os Portugueses, uma vez mais, mostraram que são um povo que, além de honrar os compromissos, tem a determinação de vencedor e de quem quer deixar um legado digno para as gerações futuras.

Apesar dos tantos sacrifícios que nos foram exigidos, nunca desistimos, pelo que o resultado alcançado tem de ser reconhecido como um contributo de cada Português.

Desta reflexão, diria que a transição de ciclos pauta-se por um denominador comum: PESSOAS, PARTILHA, PAIXÃO e PORTUGAL.

Em primeiro, destaco as Pessoas, porque elas são o motor de tudo. A história reescreve-se, a sociedade evolui e as empresas reinventam-se diariamente pelo efeito das Pessoas. Mais do que a nível individual, é na Partilha com os outros que as Pessoas são o determinante que muda o mundo, interferindo inclusive na sobrevivência da espécie humana.

Pensar no outro, decidir e agir numa procura constante pelos consensos e pelo respeito pela Pessoa é sinónimo de maturidade democrática, que se quer entre países, na sociedade em geral e no universo das empresas em particular.

Da Partilha de conhecimentos e experiências nasce a Paixão que faz proezas e cria talentos, a qual não é um exclusivo de génios como Einstein, Mozart ou Steve Jobs, ou dos portugueses Cristiano Ronaldo, do neurocientista António Damásio ou do prémio Nobel da Literatura, José Saramago. E no âmbito das empresas, relembro um ícone do empreendedorismo, o Senhor Salvador Fernandes Caetano. Todos representam Paixão no que fazem e uma energia contagiante que reinventa a história. Foi, é e será esta Paixão que também coloca Portugal como um país carregado de talento. O talento que nos fez cruzar os Oceanos há 500 anos.



O talento que, infelizmente, nos últimos tempos tem sido atraído para o estrangeiro, porque o nosso País começou a ficar pequeno para quem ambiciona mais.

Se o engenho e arte nos está no sangue e se a nossa resiliência ainda recentemente se evidenciou, certamente vamos encontrar solução para reter os jovens talentosos em Portugal, porque a Paixão e a Partilha fazem de nós Pessoas grandes, empresas fortes e uma sociedade moderna.

Trazendo esta determinação para a realidade Toyota Caetano Portugal (TCAP), começo por mencionar o Projecto LC70 que, em meados de 2015, trará um novo modelo Toyota para as linhas de produção da Unidade Industrial de Ovar, destinado à exportação, dando uma vez mais o seu contributo para a economia nacional.

Após um período de redução drástica da produção, este projeto, que resultou da confiança e reconhecimento da Toyota Motor Corporation (TMC), traduz-se na continuidade desta unidade industrial, respetivo crescimento produtivo e rentabilização económica, com consequências na criação de emprego.

Também na área da importação e distribuição automóvel, os indicadores continuam a revelar crescimento de vendas, em sintonia com a evolução positiva do mercado Automóvel em geral.

Face ao ano transato, a Toyota terminou 2014 com um incremento nas vendas de 44% (8.449 unidades vendidas) e com um aumento da quota de mercado de 0,3pp (4,9%), sendo que o setor automóvel cresceu no global 36%.

Também na atividade de Equipamentos Industriais, a marca Toyota+BT reafirmou a sua liderança, com uma quota de mercado de 28,6%, com um crescimento de 37 % face ao ano anterior.

Os resultados alcançados na Toyota são fruto do reconhecimento dos portugueses na nossa Marca que, pelo 6º ano consecutivo, recebeu o galardão «Marca de Confiança das Seleções Reader's Digest», que mantém a liderança mundial e que continua apostada na renovação da sua gama de produtos, com destaque para a tecnologia híbrida.

Estes factos reforçam o apoio que temos merecido da TMC e da TME (Toyota Motor Europe) que, em reuniões e visitas ao nosso país, têm valorizado a gestão rigorosa de recursos e a melhoria contínua no serviço ao Cliente, mas sobretudo a partilha e a paixão dos nossos Colaboradores e a atitude cooperante com as decisões adotadas pela Administração no período mais difícil que vivemos ainda recentemente.

Porque chegamos até aqui com saldo positivo, apesar dos esforços decorrentes da redefinição dos modelos de negócio, sobretudo na área industrial, tenho a certeza de que a TCAP continua a dignificar Portugal no universo do maior construtor mundial de automóveis, mas sem nunca se desviar da dinâmica do Grupo Salvador Caetano e dos valores «Ser Caetano».

Apesar do otimismo que sinto em relação ao futuro, alerta que o nosso País não pode, de modo algum, afastar-se da rota pelo equilíbrio nas Finanças Públicas, da continuidade na aplicação de medidas estruturais que façam crescer a nossa economia e aumentar o emprego, nem da estabilidade política, social, económica e fiscal, pelo que termino insistindo na necessidade de um pacto de regime entre os dois maiores partidos políticos. Assim sim, entraremos em definitivo num novo ciclo.

José Ramos
(Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal)

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Unidade fabril de Ovar

Em 2014 foram produzidas 1.664 unidades Toyota Dyna, o que representa um acréscimo de produção de 50% face a igual período de 2013.

A produção do modelo Dyna para o mercado nacional registou um aumento de 237% e para o mercado de exportação um acréscimo 7% comparativamente com o ano anterior. De realçar que o ano fica ainda marcado pelo fim da Dyna para o mercado de exportação (setembro).

No global o projeto Dyna Exportação/TME, com início em 2002, totalizou 15.109 unidades produzidas.

Na atividade de Transformações e PDI (Pre-Delivery Inspection) foram preparadas 3.271 viaturas, o que correspondeu a um aumento de 40% face a igual período de 2013.

PRODUÇÃO	2014	2013	2012	2011	2010
Unidades Físicas Toyota	1.664	1.111	1.381	2.025	2.553
Unidades Físicas Transformadas	3.271	2.339	2.174	4.274	6.316
Total Colaboradores	170	181	190	214	297

O ano de 2014 foi ainda marcado pelos seguintes acontecimentos:

- Auditoria da APCER aos nossos sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente (ISO 9001:2008 e ISO 14001:2012);
- Auditoria da Toyota Motor Europe: Facilities Assessment (Avaliação da Gestão dos Equipamentos Críticos)

Perspetivas

Ultrapassadas que foram as incertezas existentes sobre a continuidade da Unidade Fabril de Ovar, após o acordo com a TMC para a montagem de unidades LC70 com destino à exportação, será lógico pensarmos que o futuro se apresenta agora bem mais desanuviado, competindo-nos demonstrar mais uma vez todas as capacidades e empenho que os Colaboradores desta Unidade Fabril sempre exibiram na prossecução dos objetivos traçados. O segundo semestre de 2015, assistirá ao início do processo produtivo LC70, estimando-se já para esse exercício um volume de montagem capaz de absorver a integralidade dos gastos fabris e conseqüentemente a obtenção do equilíbrio económico nesta Unidade.

Atividade Comercial

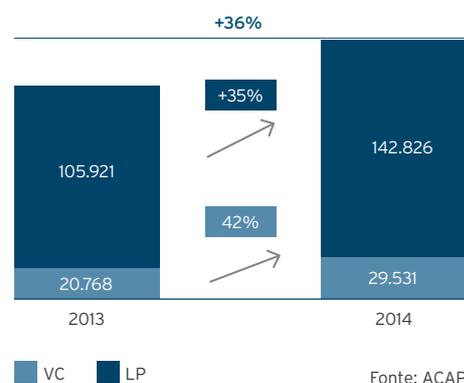
Enquadramento do Mercado Total

O ano de 2014 apresentou um crescimento face ao verificado em 2013, com um acréscimo de 36%, totalizando 172.357 unidades comercializadas.

As viaturas de passageiros e as viaturas comerciais registaram um comportamento positivo face ao período homólogo, com uma variação positiva de 35% e 42%, respetivamente.

De destacar, como fatores justificativos do desempenho do mercado:

- No ano de 2014, **Portugal registou uma melhoria nos principais indicadores macroeconómicos**, que acabaram por registar valores mais positivos face às previsões iniciais, salientando-se em particular a evolução dos índices de confiança do consumidor e do comércio por grosso e retalho.
- Esta melhoria do contexto económico teve especial impacto no mercado empresarial, resultando num crescimento mais acentuado das viaturas comerciais.

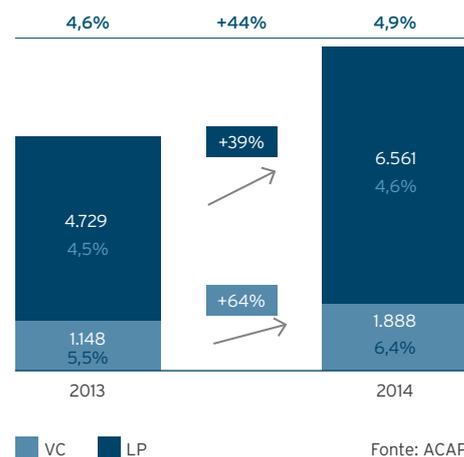


Viaturas Toyota

Em 2014, as vendas Toyota apresentaram um crescimento de 44% no seu total, atingindo as 8.449 unidades, traduzindo-se num ganho de quota de mercado de 0,3 p.p. face a 2013 (quota de mercado total de 4,9%).

O desempenho Toyota fica a dever-se essencialmente:

1. À boa performance do modelo Yaris ao longo do ano, reforçada com o lançamento de uma atualização deste modelo no último trimestre do ano;
2. À boa performance do modelo Auris, particularmente da versão Touring Sports que em 2014 completou 12 meses de vendas;



3. Ao forte crescimento das vendas dos modelos com motorização híbrida (+163% vs 2013);
4. Ao desempenho da generalidade dos modelos comerciais Toyota. De salientar a performance dos modelos Hilux e Dyna, que incrementaram uma vez mais a sua quota de mercado e terminaram como líderes de vendas nos respetivos segmentos. No caso do modelo Dyna, produzido localmente na fábrica de montagem de Ovar, manteve a liderança pelo 8º ano consecutivo no segmento Chassis-Cabine.

Nesta data, são de referir os prémios conquistados pela marca que foi distinguida pela 6ª vez consecutiva como Marca de Confiança das Seleções Readers Digest, bem como Marca de Confiança Verde, e também o selo Top Ten atribuído pela Quercus a alguns dos modelos da gama Toyota.

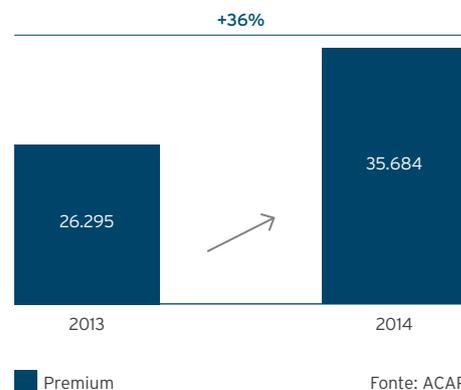
De salientar ainda a forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B (utilitários) & C (pequenos familiares) - campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano.

Para 2015, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas - Yaris e Auris, baseado na recente atualização do modelo Yaris e no lançamento do Novo Auris em 2015;
- Potenciar as vendas ao cliente empresa (segmento mais representativo do mercado automóvel);
- Reforçar a imagem e valor da marca através da inovadora tecnologia Híbrida, posicionando-a como a solução mais eficaz para a mobilidade sustentável.

Enquadramento do Mercado Premium

O Mercado Premium registou também uma evolução positiva face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 36% e totalizando 35.684 unidades comercializadas, representando cerca de 25% da totalidade do mercado ligeiro de passageiros. Este crescimento esteve em linha com o registado pelo total das marcas generalistas.

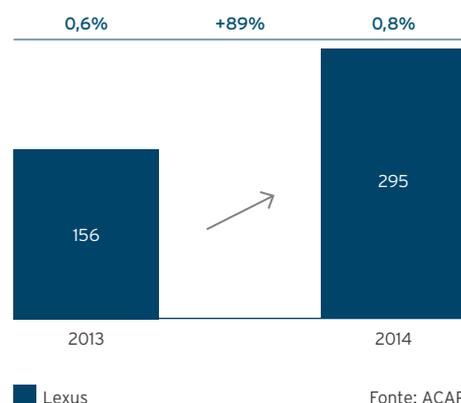


Viaturas Lexus

Num ambiente concorrencial complexo, com uma intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium, a marca Lexus ficou acima do comportamento do mercado, apresentando um forte crescimento de 89%. Em 2014, a Lexus registou 295 matrículas, traduzindo-se numa quota de 0,8% no mercado premium (+0,2 p.p. Vs 2013).

O acréscimo acentuado nas vendas da Lexus em 2014 ficou a dever-se ao bom desempenho do modelo IS, cuja nova geração completou um ano de comercialização, à renovação do compacto CT, assim como ao lançamento do novo modelo NX que representa o alargamento da oferta da Lexus no importante segmento dos SUV Premium.

De salientar o prémio de Melhor Tecnologia Ambiental 2014 atribuído à marca Lexus pela revista PC Guia.



Para 2015, os objetivos globais definidos passam por:

- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas com design avançado;
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas - CT 200h, IS 300h e NX 300h, baseado no lançamento da série especial do CT 200h e no primeiro ano completo de comercialização do NX 300h;
- Tornar a marca uma referência em termos de design e reforçar o seu apelo emocional, através da renovação e alargamento da gama de modelos.

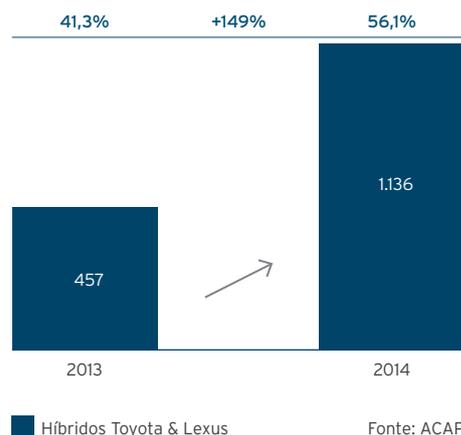
Evolução Vendas Híbridas Toyota e Lexus

Em 2014, foi de destacar o desempenho dos Híbridos Toyota e Lexus que registaram um crescimento de 149% face a 2013, que se traduziu numa quota de mercado das viaturas híbridas de 56,1% (+14,8 p.p.). Em 2014, as viaturas híbridas representaram já 16,6% das vendas de ligeiros de passageiros Toyota e Lexus.

Este desempenho ficou a dever-se a uma ampla e renovada oferta de viaturas híbridas, num total de 12 modelos - 6 Toyota e 6 Lexus - e ao enfoque na divulgação e promoção dos benefícios da tecnologia híbrida.

Exemplo da promoção ativa das vantagens da tecnologia híbrida é a participação da Toyota no "Programa de Demonstração de Mobilidade Elétrica" desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A utilização de uma viatura Prius Plug-in pelo MAOTE, no âmbito deste programa, permite validar os benefícios da tecnologia híbrida Plug-in, alvo de significativos incentivos fiscais em 2015.



Máquinas Industriais

Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	2013	2014	VAR.	2013		2014		VAR.
			%	QTD.	QUOTA	QTD.	QUOTA	%
Empilhadores Contrabalançados	722	1.023	41,7	142	19,7	307	30,0	116,2
Equipamento de Armazém	1.225	1.153	-5,9	313	25,6	316	27,4	1,0
Total MMC	1.947	2.176	11,8	455	23,4	623	28,6	36,9

Fonte : ACAP

Mercado

No ano de 2014 o mercado de **Máquinas de Movimentação de Carga** consolidou a trajetória ascendente que já se tinha verificado em 2013, registando um crescimento de 11,8%.

Este crescimento verificou-se essencialmente no segmento de Empilhadores Contrabalançados onde a variação do volume de vendas face ao ano anterior foi de 41,7%.

Relativamente ao segmento de Equipamentos de Armazém a oscilação do mercado não foi muito relevante (-5,9%) o que corresponde a menos 72 unidades vendidas.

Globalmente, pode-se afirmar que os sinais de recuperação da atividade económica já se fazem sentir nas empresas e consequentemente este mercado está mais dinâmico e em crescimento.

Vendas Toyota + BT

Relativamente às vendas de **Empilhadores Contrabalançados Toyota** registou-se um crescimento de 116,2% comparativamente com igual período do ano anterior, situando a nossa quota de mercado nos 30%.

Este crescimento resultou da conclusão de importantes negócios de frota, uns apenas renovação e outros conquistados à concorrência.

Quanto às vendas de **Equipamentos Armazém BT**, apesar do mercado ter decrescido a BT registou um crescimento de 1%, o que permitiu elevar a sua quota de mercado para os 27,4%.

Em termos de ranking de vendas, a **Toyota + BT** atingiu a liderança de Mercado de Máquinas de Movimentação de Cargas com uma quota de mercado de 28,6%, bem destacado do 2º lugar, que registou uma quota de 17,4%.

Após-Venda

Vendas globais

PRODUTO	VENDAS 2013	VENDAS 2014	CRESC. % 2014/2013
Peças/Acessórios/Merchandising	34,1	32,5	-4,7%
Serviços Extracare/Assistência Total	0,7	1,0	41,9%
Total	34,8	33,5	-3,7%

A Divisão de Após-Venda Toyota apresentou no final de 2014, uma faturação total de 32,5 milhões de euros, em peças, acessórios e merchandising. Este valor corresponde a um decréscimo de 4,7% relativamente ao ano de 2013.

De referir no entanto que o orçamento definido para 2014 foi ultrapassado em 10,5 p.p..

Na faturação dos serviços Extracare e Assistência Total regista-se um crescimento de 41,9% face ao ano de 2013. A faturação destes serviços está diretamente relacionada com a venda de viaturas novas, apresentando tendencialmente uma variação semelhante a esta atividade.

Atividade

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após-Venda. Para este cliente destinou-se 91% da faturação global de 2014, o equivalente a cerca de 30 milhões de euros. Este valor representa contudo um decréscimo de 6,1% quando comparado com o realizado em 2013.

Apesar da recuperação verificada em 2014 na venda de viaturas, outros fatores como a diminuição e envelhecimento do parque automóvel, fruto da significativa quebra de vendas de viaturas nos últimos anos, e a diminuição da Kilometragem média das viaturas, são adversos ao desenvolvimento do Após-Venda do ramo automóvel.

Neste contexto, a TCAP manteve-se empenhada em dinamizar programas que possam contrariar os resultados deste clima desfavorável.

Destacamos algumas das medidas tomadas, no sentido de dinamizar a atividade do Após-Venda, e com especial incidência para a retenção dos clientes à oficina Toyota:

- Manteve-se durante o ano de 2014 a oferta do contrato de manutenção 3anos/45.000Km na aquisição dos modelos Auris, Verso e nova geração Corolla.
- Foi prosseguida a Ação de Retenção de Clientes “Plano 5+”, que já havia decorrido em 2013, com preços especiais na mudança de óleo e filtro e outras ofertas para viaturas com mais de 5 anos.
- Foram atualizados os postais de aviso enviados periodicamente aos clientes. Nos postais de aviso da revisão, é informado ao cliente o preço da próxima manutenção, bem como apresentadas sugestões de serviços e acessórios personalizadas para cada viatura.
- Foi lançado o serviço de marcação on-line para o cliente Toyota. Trata-se de mais uma ferramenta de retenção de clientes, disponibilizando ao cliente Toyota as facilidades das novas comunicações.
- Disponibilidade de novas ferramentas no portal que possibilitam contactos proativos entre a concessão e o cliente.
- Alargamento dos “Contratos de Manutenção” a preços apelativos para os modelos Verso 1.6 e novo Aygo. Criação de contratos de manutenção de 2 anos, para viaturas usadas.
- Acompanhamento contínuo e incentivo à venda dos produtos “oportunidades de negócio”.
- Divulgação contínua do negócio dos pneus, inserido em campanhas específicas.
- Iniciou-se em 2014 a fase de implementação do projeto “Receção Ativa”, na rede de concessionários Toyota, permitindo um processo de receção mais desenvolvido indo de encontro a todas as necessidades dos clientes.

No ano de 2014 a Divisão de Após-Venda viu reconhecido o seu empenho e dedicação ao alcançar o segundo lugar, entre 32 países Europeus, no desafio anual VCI (Value Chain Index). Esta iniciativa, promovida pela Toyota Motor Europe, incentiva os representantes da marca Toyota a atingirem bons desempenhos em alguns indicadores considerados estratégicos para o negócio do Após-Venda tendo sempre em vista a completa satisfação dos clientes. São esses indicadores: os programas proativos de aviso ao cliente, o processo de receção ativa, os serviços de retenção de clientes (seguros, contratos de manutenção, Apoio 24, ...), a dinamização da venda de acessórios e a implementação do serviço para híbridos.

Qualidade & Ambiente

A Toyota Caetano Portugal, S.A. continuou a implementar importantes medidas no âmbito do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, entre as quais destacamos a participação no relatório anual sobre Desenvolvimento Sustentável “Carbon Disclosure Project” (CDP), tendo alcançado a distinção de “Best Newcomer Ibérico 2014”.

O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos, que providencia às empresas um sistema para medir, reportar, avaliar e partilhar dados estratégicos da performance ambiental. Esta distinção vem premiar as ações de baixas emissões de carbono implementadas e em curso, resultantes de um elevado compromisso ambiental e para a promoção e construção de uma mobilidade sustentada, onde a gama de híbridos Toyota e Lexus são uma referência.

Enquanto importador, distribuidor e representante das marcas Toyota e Lexus, para além da atividade de produção automóvel com a Fábrica de Ovar, a Toyota Caetano Portugal procura contribuir para o desenvolvimento sustentável dando resposta aos desafios ambientais e da comunidade, transformando ameaças em oportunidades para a promoção de melhores condições de vida. Como resultado, a Toyota posiciona a tecnologia híbrida na base das propostas de mobilidade sustentada que disponibiliza desde 1997 - ano em que apresentou o Prius como primeiro híbrido de produção em série. Juntamente com a Toyota Motor Europe, a Toyota Caetano Portugal tem vindo a desenvolver uma forte estratégia de massificação de carros híbridos no mercado nacional, contribuindo amplamente para uma direta e efetiva redução das emissões de CO2 resultantes da mobilidade.

Recursos Humanos

É objetivo desta área contribuir diretamente para tomadas de decisão, nomeadamente através da disponibilização de dados significativos e relevantes e do melhoramento constante das aplicações de gestão de Recursos Humanos adequando-as para possibilitarem o estabelecimento de combinações de análise, bem como de precisão da informação.

Procuramos simplificar processos administrativos e demos continuidade ao projeto do “Portal do Empregado”, com novas funcionalidades extensivas a toda a TCAP, permitindo a visualização e alterações de dados relevantes. Importa ainda referir que o acesso a este sistema já é extensivo a todos os colaboradores da Toyota Caetano Portugal.

Num ano de alguma recuperação económica, ainda que ténue, foi possível estabilizar o quadro de pessoal o qual apresentou um número global em cima do existente em 2013.

Nº COLABORADORES	2013	2014	VARIAÇÃO
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	241	251	10
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	181	170	-11
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - LISBOA	73	73	0
Total	495	494	-1

Ainda num quadro de adaptação à realidade empresarial atual, demos continuidade à reorganização da Área de Recrutamento & Seleção, alocando os devidos meios humanos e alterando formas de trabalho e de organização. Procedeu-se à criação de uma nova aplicação para gerir esta área através do sítio da Toyota Caetano.

Num contexto ainda difícil e de alguma incerteza, demos continuidade ao projeto de integração de estágios profissionais e curriculares, apresentando um acréscimo significativo conforme se evidencia no quadro seguinte:

Nº ESTÁGIOS	2013	2014
Estágios profissionais	7	16
Estágios curriculares	7	12
Total	14	28

Finalmente, gostaríamos de relatar que demos continuidade ao projeto de atualização da Descrição, Análise e Qualificação de Funções, com o objetivo de permitir dispor de instrumentos para uma gestão cada vez mais justa e eficaz das pessoas no seu envolvimento profissional. Este projeto é obrigatório para as auditorias dos processos de certificação da qualidade.

CAETANO AUTO, S.A.

Em toda a Europa 2014 foi ainda um ano de incertezas quanto ao futuro, mas já com alguns indícios de retoma - nomeadamente no último trimestre - embora ainda num cenário não muito facilitador nas tomadas de decisão estratégicas das empresas, essas sim, fundamentais para o desenvolvimento económico que, por sua vez e só por si, poderão alavancar definitivamente o fim da era da austeridade.

Assim, Portugal seguiu essa tendência e o último trimestre de 2014 evidenciou já alguns indicadores da desejada retoma, anunciando 2015 como o ano da provável viragem no sentido do abrandamento da austeridade e da tão necessária retoma do desenvolvimento económico.

As marcas que nos honramos de representar TOYOTA e LEXUS registaram 8.744 unidades de viaturas novas vendidas em 2014, contra 6.033 em 2013, (Fonte ACAP) evidenciando uma melhoria significativa que permitiu recuperar 0,3 pontos da quota do mercado em Portugal, passando de 4,6% para 4,9%.

Neste contexto a CAETANO AUTO foi responsável em 2014 pela matrícula de 5.008 veículos novos, contra as 3.484 unidades de 2013, evidenciando assim uma melhoria substancial na sua atividade.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, este foi fortemente influenciado pelo crescimento da atividade dos novos, considerando as designadas “retomas” que servem de pagamento parcial à venda dessas unidades novas.

Sublinhe-se ainda o esforço no desenvolvimento de novos canais de venda, nomeadamente na internet, através da participação em leilões de sítios da especialidade.

Como resultado do esforço atrás relatado a Caetano Auto registou em 2014 vendas de 4.281 unidades de viaturas usadas (4.199 em 2013).

Os serviços de Após-Venda, ainda se ressentiram da crise generalizada, conseguindo contudo manter-se nos níveis de faturação do ano anterior, fruto do esforço desenvolvido na recuperação de clientes com veículos mais antigos e ainda no incremento das reparações de colisão em veículos de outras marcas.

Quanto à atividade de peças, esta registou um decréscimo nas vendas quer pelo canal de “oficinas” quer pelo canal “balcão”, o primeiro em resultado da retração do negócio da própria oficina e o segundo sobretudo pela concorrência sentida neste mercado que inclui as denominadas “linhas brancas”.

Tentando contrariar esta situação, a Caetano Auto em 2014 viu a sua atividade aumentar em cerca de 425 mil euros, pela implementação do negócio de substituição / reparação de vidros sob a marca designada por “Caetano Glass”.

Nesta área importante do negócio o compromisso da Caetano Auto será o de implementar e reforçar em 2015 medidas tendo em vista a retenção e fidelização dos clientes aos nossos serviços de após-venda.

Finalmente e nas atividades acessórias, de comissionamento por angariação de seguros e de financiamentos ao automóvel proporcionados aos nossos clientes, resultou em 2014 um crescimento de receitas na casa dos 35% comparativamente com o exercício anterior.

Na área dos investimentos produtivos, a Caetano Auto despendeu em 2014 mais de 2,5 milhões de euros, em vários equipamentos e, sobretudo, na remodelação de instalações, nomeadamente na sua plataforma do Algarve, reinauguradas no fim deste exercício.

CAETANO AUTO CABO VERDE, S.A.

Viaturas

SEGMENTO	MARCA	2014	2013	VARIAÇÃO	
				QTD.	%
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	84	37	47	127
	Daihatsu	5	8	-3	-37,5
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	151	142	9	6
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	15	10	5	50
		255	197	58	29,4

Ano marcado pelo encerramento da atividade de viaturas novas da marca Daihatsu.

A continuada situação por parte do Estado Cabo Verdiano de não conceder isenção das taxas para viaturas táxis obrigou a uma redução significativa de margem de lucro bruto no modelo Corolla no sentido de procedermos ao escoamento do stock excedentário que possuíamos.

Felizmente foi uma medida acertada, pois o stock encontrava-se normalizado no final do ano.

O aumento significativo da venda em Cabo Verde de veículos de passageiros Toyota tem como origem a introdução estratégica do modelo Yaris hatchback 1.0 (produção Europeia) no sentido de se baixar a dependência existente nos modelos Hiace e Hilux. O potencial de venda do Yaris foi sentido através da comercialização de 27 unidades. Na mesma linha o Auris foi introduzido tendo sido vendidas 3 unidades. O modelo Land Cruiser, vocacionado para clientes com poder de compra, vendeu 13 unidades evidenciando uma ligeira melhoria quando comparado com o ano anterior, no entanto ainda abaixo do seu potencial de vendas. O Land Cruiser é dos modelos que mais sofreu com a dificuldade de acesso ao crédito por parte dos clientes particulares. A pick-up Hilux, com 70 unidades vendidas perdeu entretanto o Ranking de número um em vendas para o modelo furgão Hiace. É nossa previsão que durante o ano 2015 com o lançamento do novo modelo Hilux bem como a possibilidade do governo isentar os modelos de cabine dupla, este seja um dos modelos com mais forte crescimento. Por sua vez a Hiace com 81 unidades passou a ser o modelo mais vendido com um crescimento face a 2013 de 47%. O cliente alvo da Hiace continua a ser o taxista e as empresas de turismo.

Após-Venda

VENDAS	2014	2013	VARIACÃO	
			VALOR	%
Peças/Acessórios	139.773	139.130	643	0.46
Oficina (Mão-de-Obra)	26.973	28.123	-1.150	-4.09
	166.746	167.253	-507	-0.30

(Valores em mECV)

O reajuste do pessoal, quer direto, quer indireto, efetuado no final de 2013 e continuado em 2014, mostrou ter sido uma boa medida de gestão, pois foi possível não quebrar no negócio após-venda e reduzir significativamente os custos da estrutura existentes.

Por outro lado a parceria com a ENACOL, com a finalidade de exploração dos serviços rápidos nos postos de abastecimento desta, arrancou em fevereiro de 2014 no lugar de Nhagar na Assomada, mostrando-se uma aposta ganha, não pela rentabilidade do negócio, mas pelo tipo de cliente que está a conseguir fidelizar que são as Hiaces Táxi que afluem em grande número a esta estação de serviço contrariando a falta deste tipo de cliente nas instalações principais da Praia. Em fevereiro de 2015 iremos arrancar com outra estação de serviço desta vez na cidade da Praia, Achada de São Filipe, que visa combater as novas oficinas de serviços rápidos que irão abrir na Zona Industrial onde se encontram as instalações principais da Caetano Auto CV.

Ao nível da colisão e pintura a situação não teve alteração significativa ou seja continuamos com um nível de encaminhamentos considerado normal por parte da Seguradora Garantia com quem temos protocolo estabelecido. Várias reuniões têm sido levadas a cabo com a Seguradora Impar tendo em vista a celebração do mesmo tipo de protocolo, infelizmente sem acordo até ao momento.

Por fim de referir que o ano 2014 em termos de avaliação do PGO+ se traduziu num significativo aumento da sua pontuação a qual passou de 69% para 80%.

CAETANO RENTING, S.A.

A empresa encerrou o exercício de 2014, com uma frota de 836 unidades, composta da seguinte forma:

- Veículos Ligeiros /Comerc. de Passageiros : 592 uts (70,81%)
- Máquinas Lavadoras/Varredoras: 244 uts (29,19%)

A frota média ao longo do ano foi de 1013 unidades, menos cerca de 5,9% do que em igual período do exercício anterior.

A diminuição da frota foi o reflexo da redução do Volume de Negócios, que se fixou nos 35 MEuros, o que em comparação com 2013, representa uma diminuição de aproximadamente 3,5%.

Por força da redução da frota atrás mencionada verificaram-se diminuições nas rubricas das reintegrações, em cerca de 2,4%, bem como nos encargos com pessoal os quais se viram reduzidos mais de 20%, por se ter revelado desnecessário, face ao estudo atuarial levado a cabo, qualquer contribuição adicional para o Fundo de Pensões SC.

Face ao acima exposto, a Empresa pôde continuar a apresentar resultados positivos na globalidade das suas operações.

Para o exercício de 2015, perspectiva-se que a Empresa continue a desenvolver a sua atividade em condições de normalidade, que lhe permitirão por certo voltar, a apresentar resultados económicos agradáveis.

SALTANO, S.A.

A Saltano, no desenvolvimento da sua atividade de gestão de participações sociais e no exercício em análise manteve basicamente inalteradas as suas participações.

O exercício de 2014 encerra com Capitais Próprios no montante de 20 milhões de euros, a que corresponde um total de ativo líquido de 23,9 milhões de euros, traduzindo um adequado Grau de Autonomia Financeira, de 85%.

Para dar cumprimento às disposições contabilísticas legais, a Saltano - Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A., contabiliza as participações financeiras em que exerce controlo ou influência significativa pelo método de equivalência patrimonial. Em 2014, o valor das referidas participações ascende a cerca de 21,8 milhões de euros.

Perspetivas para 2015

Para 2015, prevê-se que a atividade decorra em condições de normalidade.

MOVICARGO, LDA.

No exercício de 2014, a empresa Movicargo - Movimentação Industrial, Lda foi alienada deixando de fazer parte do perímetro do Grupo Toyota Caetano.

Essa alienação efetivou-se a valor de capitais próprios, não tendo portanto tido impacto nos resultados do Grupo Toyota Caetano deste exercício.

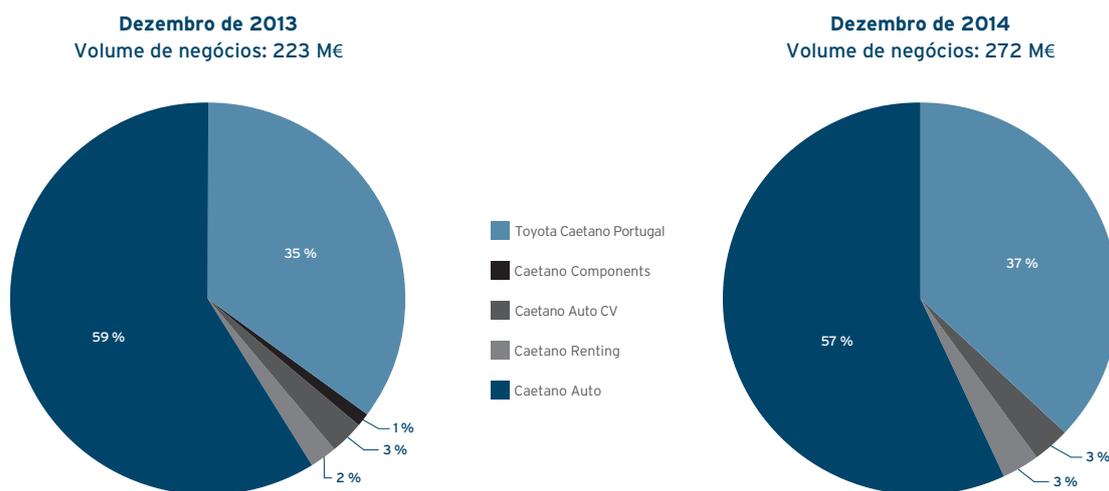
ATIVIDADE FINANCEIRA

Análise consolidada

Durante o ano de 2014 não ocorreram alterações de participação no Grupo Toyota Caetano Portugal pelo que, à data, e face ao ano anterior, a variação de perímetro fica circunscrita à saída da empresa Movicargo, sociedade que se encontrava sem atividade operacional.

Encontrando-se o Grupo Toyota Caetano Portugal essencialmente focalizado no setor automóvel, durante o ano de 2014 o desempenho positivo deste mercado, que cresceu cerca de 36,1%, face ao período homólogo, potenciou o incremento de atividade do Grupo.

Em face do crescimento acima mencionado, o Grupo registou um volume de negócios consolidado de cerca de 272 milhões de euros, o que representa um crescimento de 21,9%, comparativamente ao período homólogo de 2013, onde as empresas participadas, nomeadamente a empresa-mãe e a Caetano Auto, assumem uma importância primordial.



No seguimento de uma estratégia de aumento de penetração no mercado automóvel, e tendo em conta o período de crescimento do setor, o aumento do volume de negócios foi conseguido através de algum sacrifício da margem de comercialização por campanhas promocionais mais agressivas, assim se justificando uma parte da redução global de 2 p.p. face ao período homólogo.

Contrariamente, o comportamento dos fatores de custo, tendo em conta o crescimento da faturação, foi positivo, nomeadamente no que respeita à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, que não obstante evidenciaram um crescimento em termos absolutos, relevam uma quebra relativa de 2 p.p. face ao volume de negócios.

Em consequência, foi possível obter um EBITDA consolidado de cerca de 18,3 milhões de euros (6,7% do volume de negócios), superior ao obtido em período homólogo de 2013 em cerca de 2,9 milhões de euros.

No sentido de responder de forma eficiente às necessidades do mercado, o Grupo reforçou o seu investimento em inventários, uma vez que enquanto distribuidor da marca Toyota, tem como política a concentração de inventários na empresa mãe. Esta, através de uma logística orientada para o cliente (COL), mantém disponível em tempo real a listagem de viaturas para venda, a todas as concessões, libertando-as do esforço adicional de constituir o seu próprio inventário. Em face do exposto, e sobretudo junto ao final do ano, verificou-se um incremento do endividamento remunerado em cerca de 19 milhões de euros, situando-se o financiamento bancário líquido em cerca de 38 milhões de euros. Tendo em conta a evolução da dívida líquida remunerada, registada ao longo do ano em análise, o Grupo gerou um resultado financeiro negativo em cerca de 1,3 milhões de euros, 23% abaixo do registado em período homólogo de 2013. Esta evolução positiva dos resultados financeiros reflete uma política eficiente de utilização de linhas de financiamento, acompanhada por uma boa capacidade negocial com as entidades financiadoras para a obtenção de um melhor preço do financiamento.

Os resultados operacionais consolidados de 6,2 milhões de euros, evidenciam uma notória recuperação face ao valor apurado em 2013. Este agregado incorpora encargos com amortizações e depreciações de 12 milhões de euros, menores em cerca de 1 milhão de euros face aos registados no ano anterior, fruto do desinvestimento em ativo fixo tangível verificado em 2013, sendo que, em 2014, este efeito foi contrariado gerando um investimento líquido de 13 milhões de euros.

Consequência da combinação dos fatores acima referidos, o Grupo encerrou o ano de 2014 com um resultado antes de impostos de cerca de 4,9 milhões de euros, quando em 2013, no mesmo período, obteve um resultado de 459 mil euros.

O grau de autonomia financeira de 52,01% continua a evidenciar estabilidade da estrutura de capitais.

A título de síntese, encontra-se abaixo um painel de agregados capazes de identificar o sentido de evolução do Grupo Toyota Caetano Portugal, tendo como unidade monetária milhares de euros.

	DEZ-13	DEZ-14
Volume de negócios	222.923	271.640
Lucro Bruto	50.059	56.036
% (f) vendas	22,5%	20,6%
Fornecimentos e serviços externos	31.584	33.447
% (f) vendas	14,2%	12,3%
Gastos com o pessoal	34.925	35.838
% (f) vendas	15,7%	13,2%
E.B.I.T.D.A.	15.383	18.326
% (f) vendas	6,9%	6,7%
Resultado operacional	2.203	6.231
% (f) vendas	1,0%	2,3%
Resultados financeiros	-1.744	-1.343
% (f) vendas	-0,8%	-0,5%
Cash Flow Bruto (1)	13.004	16.286
% (f) vendas	5,8%	6,0%
Resultado líquido consolidado	-2	3.960
% (f) vendas	0,0%	1,5%
Financiamento Bancário Líquido	19.046	38.375
Grau de autonomia financeira	64,0%	52,01%

(1) (Resultados Antes Impostos Líquidos de Interesses Minoritários+ Amortizações Exercício +-Variações Provisões e Perdas por Imparidades)

Para 2015, a expectativa do Grupo é de manutenção do ritmo de crescimento de atividade, consubstanciada, quer pelas estimativas da ACAP, que prevê um aumento na venda de veículos automóveis de cerca de 11%, quer pela melhoria dos índices de confiança das famílias e das empresas, que inevitavelmente se traduzirá em melhores resultados.

GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

AÇÕES PRÓPRIAS

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2014, a sociedade não detinha ações próprias.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2014, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 3.753.725,00 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- | | |
|---|------------------|
| a. Para a conta de reservas não distribuíveis por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial. | Eur 755.211,92 |
| b. Para dividendos a atribuir ao capital, 0,08 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz | Eur 2.800.000,00 |
| c. O remanescente para a conta de Resultados Transitados | Eur 198,513,08 |

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde a conclusão do ano de 2014, até à presente data e em termos de factos relevantes é de manifestar a convicção do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal que do sinistro ocorrido em 3 março de 2015, originado num incêndio, o qual destruiu integralmente um dos imóveis de nossa propriedade e situado no denominado Polo Industrial do Carregado, não resultarão impactos económico-financeiros significativos para esta Empresa, face à adequada cobertura das apólices de seguro existentes para este tipo de ativos e sinistros.

OUTROS ASSUNTOS/AGRADECIMENTOS

Ao concluir este relatório, gostaríamos de deixar uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança depositada nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha.
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade.
- Aos restantes Órgãos Sociais pela cooperação e acompanhamento demonstrada em todos os momentos.
- A todos os Colaboradores o esforço, empenho e a dedicação demonstrados ao longo do ano.

Vila Nova de Gaia, 7 de abril de 2015

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Daniele Schillaci
Takeshi Numa
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea d) do artigo 9.º e do número 7 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2014, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Mais se declara que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o exercício de 2014 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- **Engº José Reis da Silva Ramos**, Presidente do Conselho de Administração, é titular de:
39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Engº Salvador Acácio Martins Caetano**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Engº Miguel Pedro Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
0,00223% do capital social da Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Dando cumprimento ao estipulado no número 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2014, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social desta sociedade, bem como dos acionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas percentagens de capital:

ACIONISTAS Titulares de pelo menos 10%	AÇÕES			
	Detidas ¹ 31-DEZ-2013	Adquiridas 2014	Alienadas 2014	Detidas ² 31-DEZ- 2014
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	-	-	9.450.000

¹ Capital social em 31-DEZ-2013: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

² Capital social em 31-DEZ-2014: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

ACIONISTAS Titulares de pelo menos 50%	AÇÕES			
	Detidas ¹ 31-DEZ-2013	Adquiridas 2014	Alienadas 2014	Detidas ² 31-DEZ- 2014
Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	21.288.281	-	-	21.288.281

¹ Capital social em 31-DEZ-2013: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

² Capital social em 31-DEZ-2014: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

À data de 31 de dezembro de 2014, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	Ações	% dos direitos de voto
Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	21.288.281	60,824
Toyota Motor Europe NV/S.A.	9.450.000	27,000
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de)	1.399.255	3,998



03

CONTAS
INDIVIDUAIS

INDICADORES FINANCEIROS

	DEZ-14	DEZ-13
VOLUME DE NEGÓCIOS	217.989.797	171.036.184
CASH-FLOW BRUTO	10.395.330	8.384.903
RESULTADO LÍQUIDO	3.753.725	219.893
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDOS	1.283.173	2.148.750
GASTOS COM O PESSOAL	14.522.674	14.010.672
INVESTIMENTO LÍQUIDO	7.096.223	3.309.006
FUNDO DE MANEIO BRUTO	80.325.170	66.873.087
VAB	32.414.197	28.742.109
UNIDADES VENDIDAS	12.253	9.766
VOLUME DE EMPREGO	509	495

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO	NOTAS	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	19.498.505	19.101.288
Propriedades de investimento	6	15.150.587	14.587.883
Goodwill	7	611.997	611.997
Ativos intangíveis	8	0	0
Participações financeiras	9	40.885.543	42.541.411
Outros ativos financeiros	10	59.504	59.504
Clientes	13 e 19	0	309.391
Ativos por impostos diferidos	11	2.354.141	2.231.483
Total de Ativos Não Correntes		78.560.277	79.442.956
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	12 e 19	48.084.649	27.625.802
Clientes	13 e 19	86.526.015	69.605.977
Adiantamento a fornecedores		836.231	613.730
Estado e outros entes públicos	11	929.440	583.119
Acionistas	14	685.529	592.489
Outras contas a receber	15	1.296.800	361.596
Outros ativos financeiros	10	3.432.799	6.148.199
Diferimentos	16	184.734	270.147
Caixa e depósitos bancários	4	9.104.055	1.692.993
Total do Ativo Corrente		151.080.251	107.494.052
Total do Ativo		229.640.528	186.937.008
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado		35.000.000	35.000.000
Reservas legais		7.498.903	7.498.903
Outras reservas		70.418.653	75.561.244
Resultados transitados		219.893	-2.642.591
Ajustamentos em ativos financeiros		5.698.991	7.098.991
Excedentes de revalorização		6.195.184	6.195.184
Outras variações no capital próprio		112.494	108.293
Resultado líquido do período		3.753.725	219.893
Total do Capital Próprio	17	128.897.845	129.039.918
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	20	20.113.488	9.805.675
Acionistas	14	0	340.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	3.200.000	
Passivos por impostos diferidos	11	363.957	479.093
Total do Passivo Não Corrente		23.677.445	10.624.768
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	22	26.404.409	17.630.963
Adiantamento de clientes		224.574	76.181
Estado e outros entes públicos	11	9.708.056	4.299.445
Acionistas		10.511	16.772
Financiamentos obtidos	20	26.716.616	13.288.532
Outras contas a pagar	15	7.873.022	6.630.368
Diferimentos	16	5.978.288	5.210.538
Passivos financeiros detidos para negociação	23	149.762	119.522
Total do Passivo Corrente		77.065.238	47.272.322
Total do Passivo		100.742.683	57.897.090
Total do Capital Próprio e do Passivo		229.640.528	186.937.008

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

	NOTAS	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Vendas e serviços prestados	26	217.989.797	171.036.184
Subsídios a exploração	18	2.028.385	2.045.820
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	9	755.212	-1.438.538
Variação nos inventários da produção	12	5.305.085	-2.385.758
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-186.084.390	-137.148.574
Fornecimentos e serviços externos	28	-32.991.116	-31.033.331
Gastos com o pessoal	29	-14.522.674	-14.010.672
Imparidade de dívidas a receber	13, 19	-190.897	-194.664
Aumentos/reduções de justo valor	23	-30.240	485.085
Outros rendimentos e ganhos	31	28.400.946	28.471.362
Outros gastos e perdas	31	-8.788.728	-5.881.653
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.871.379	9.945.260
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 8	-6.136.301	-6.929.613
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.735.078	3.015.647
Juros e rendimentos similares obtidos	32	358.021	587.885
Juros e gastos similares suportados	32	-1.641.195	-2.736.636
Resultado antes de impostos		4.451.905	866.897
Imposto sobre o rendimento do período	11	-698.180	-647.004
Resultado líquido do período		3.753.725	219.893
Resultado por ação	33	0,11	0,01

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2014

DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total Do Capital Próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2012	35.000.000	7.498.903	75.561.244	0	7.098.991	6.195.184	111.281	-2.642.591	128.823.013
Alterações no período									
Aplicação do resultado				-2.642.591				2.642.591	0
Outras alterações no Capital Próprio							-2.988		-2.988
Resultado Líquido do período			0	-2.642.591	0		-2.988	2.642.591	-2.988
Resultado Integral								219.893	219.893
Operações com detentores de capital no período								219.893	219.893
Dividendos distribuídos									0
			0	0	0		0	0	0
Saldos em 31 de dezembro de 2013	35.000.000	7.498.903	75.561.244	-2.642.591	7.098.991	6.195.184	108.293	219.893	129.039.918
Saldos em 31 de dezembro de 2013	35.000.000	7.498.903	75.561.244	-2.642.591	7.098.991	6.195.184	108.293	219.893	129.039.918
Alterações no período									
Aplicação do resultado				219.893				-219.893	0
Perdas atuariais			-2.500.000		-1.400.000				-3.900.000
Outras alterações no Capital Próprio			-2.642.591	2.642.591			4.202		4.202
Resultado Líquido do período			-5.142.591	2.862.484	-1.400.000		4.202	-219.893	4.202
Resultado Integral								3.753.725	3.753.725
Operações com detentores de capital no período								-146.275	-146.275
Dividendos distribuídos			0	0	0		0	0	0
Saldos em 31 de dezembro de 2014	35.000.000	7.498.903	70.418.653	219.893	5.698.991	6.195.184	112.494	3.753.725	128.897.844

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014		2013	
Recebimentos de Clientes	279.727.582		232.013.224	
Pagamentos a Fornecedores	-269.838.599		-199.958.516	
Pagamentos ao Pessoal	-9.313.416		-9.807.790	
Fluxo gerado pelas Operações		575.567		22.246.918
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-656.816		-1.034.526
Outros Recebimentos/Pagamentos		-15.051.004		-6.781.558
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		-15.132.252		14.430.833

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros				
Ativos Fixos Tangíveis	3.123.853		3.105.101	
Subsídios ao Investimento	3.493.715			
Juros e Rendimentos Similares	109		591	
Dividendos		6.617.677		3.105.691
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros				
Ativos Fixos Tangíveis	-1.386.303		-1.770.476	
Ativos Intangíveis		-1.386.303		-1.770.476
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		5.231.374		1.335.215

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	19.691.395	19.691.395		0
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos			-11.887.461	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-1.190.706		-1.056.003	
Juros e Gastos Similares	-1.182.488		-2.173.837	
Dividendos	-6.261	-2.379.455	-4.178	-15.121.480
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		17.311.940		-15.121.480

CAIXA E EQUIVALENTES

Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		1.692.993		1.048.425
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		9.104.055		1.692.993
Varição de Caixa e Seus Equivalentes		7.411.062		644.568

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2014:

EMPRESAS	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano - Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano - Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Caetano Auto Cabo Verde, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a empresa Movicargo - Movimentação Industrial, Lda foi alienada deixando de fazer parte do perímetro do Grupo Toyota Caetano.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adotadas, bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise respeitando o Sistema de Normalização Contabilística em vigor no exercício de 2014. Deste modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correta leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor no exercício de 2014. De referir que não há quaisquer disposições do SNC que tenham sido derogadas pela empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativo intangível

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e compreendem exclusivamente Programas de Software Informático que se encontram totalmente amortizados (Nota 8).

As amortizações correspondentes são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com um período de vida útil estimado de três anos.

b) Ativo fixo tangível e Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis, bem como as propriedades de investimento, têm como critério de mensuração o custo de aquisição deduzido de depreciações e imparidades. No entanto, os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1997 contêm efeitos de reavaliações de acordo com as seguintes disposições legais:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de dezembro
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de fevereiro

Os referidos itens foram mensurados na data de transição de acordo com o descrito na NCRF 3.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outros ativos tangíveis	4 - 8

Como resultado do efeito das reavaliações legais incluídas no custo (conforme referido acima), as reintegrações do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), pelo que 40% das depreciações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento ainda não depreciados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 11).

Quando o valor líquido contabilístico excede o valor recuperável do ativo, é efetuado o seu reajustamento para o valor recuperável estimado, através de reconhecimento de uma imparidade de ativos.

Os ganhos ou perdas resultantes do abate ou alienação são apurados pela diferença entre o valor recebido e a quantia escriturada do ativo e reconhecidos como rendimento ou gasto na demonstração de resultados.

c) Locação financeira

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do ativo é registado como investimento e as correspondentes responsabilidades são registadas como financiamentos obtidos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o investimento amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Notas 5 e 21).

d) Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo encontram-se registados ao MEP.

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), os investimentos em participações financeiras são registadas pelo custo, ajustado pelo valor correspondente da participação da Empresa nos resultados líquidos das Empresas participadas, pelas variações de capital próprio e pelos dividendos recebidos.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa como uma redução direta ao valor da sua participação financeira uma vez que o seu equivalente já tinha sido reconhecido pela apropriação em MEP dos resultados das subsidiárias.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas realizados em transações entre o Grupo e as suas subsidiárias e associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

e) Instrumentos Financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade

Inclui todos os ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital próprio que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a entidade designa os referidos ativos e passivos, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, sendo que os mesmos cumprem com os seguintes critérios: a) sejam instrumentos à vista ou com maturidade definida; b) os retornos para o detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.
- contratos para conceder ou contrair empréstimos que: a) não possam ser liquidados em base líquida; b) quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e c) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Suprimentos concedidos à Saltano, S.G.P.S., S.A. (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar (Notas 13, 14, 15, 22 e 34)

Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados

Um ativo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado como instrumento financeiro ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Instrumentos financeiros derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura - Nota 23.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor recuperável.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de inventários tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas (Nota 12).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

g) Subsídios e apoios do governo

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados, na rubrica de Outras variações no Capital Próprio, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados (Nota 18).

Os subsídios à exploração são registados nos exercícios em que são recebidos (Nota 18).

h) Benefícios dos Empregados

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades ("Associados") por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações devidas, a empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o "Current Unit Credit Method".

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

i) Impostos sobre o rendimento

O montante total de imposto sobre o rendimento a pagar é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no perímetro fiscal Toyota Caetano Portugal, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do referido perímetro (Nota 11).

O imposto corrente sobre o rendimento reconhecido como gasto é calculado com base no resultado tributável da Toyota Caetano Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

j) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos, Outras Contas a Pagar (credores por acréscimos de gastos) e Outras Contas a receber (devedores por acréscimos de rendimentos) (Notas 15 e 16).

l) Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registar como um gasto operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 51.000 Euros (aproximadamente 325.000 Euros em 31 de dezembro de 2013) (Nota 29).

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 19).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Toyota Caetano Portugal sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

o) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

p) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como ganho ou perda na Demonstração dos Resultados do exercício.

q) Rédito

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da venda é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

r) Juízos de Valor, Julgamentos e estimativas e Pressuposto relativos ao futuro

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- Teste de imparidade realizado ao *goodwill*;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

s) Eventos subsequentes e Principais fontes de incerteza das estimativas

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras incorporam estimativas que não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Numerário	82.372	81.051
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	9.017.119	1.610.691
Equivalentes a Caixa	4.564	1.251
Caixa e Depósitos Bancários	9.104.055	1.692.993

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2014	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico e Ferramentas	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo final 31-DEZ-2013	3.908.048	31.385.731	50.146.808	33.092.903	6.030.711	2.885.603	338.776	127.788.580
Aumentos		18.041	679.677	7.197.570	13.762	17.499	69.000	7.995.549
Alienações				-5.149.717	-1.716			-5.151.433
Transferências e abates							-338.776	-338.776
Saldo final 31-DEZ-2014	3.908.048	31.403.771	50.826.485	35.140.756	6.042.756	2.903.102	69.000	130.293.919
DEPRECIAÇÕES:								
Saldo final 31-DEZ-2013		28.411.749	47.639.795	23.921.827	5.922.284	2.791.637		108.687.292
Aumentos		414.406	745.097	4.447.321	52.286	30.943		5.690.053
Alienações				-3.580.214	-1.716			-3.581.930
Transferências e abates								
Saldo final 31-DEZ-2014		28.826.155	48.384.892	24.788.935	5.972.853	2.822.580		110.795.415
Valor Líquido	3.908.048	2.577.616	2.441.593	10.351.821	69.903	80.522	69.000	19.498.505
2013	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico e Ferramentas	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo final 31/12/2012	3.365.354	31.385.731	49.442.340	34.777.812	5.984.317	2.866.768	918.123	128.740.446
Aumentos	952.379		704.951	3.396.282	46.598	19.072	324.126	5.443.408
Alienações	-54.560		-483	-5.081.191	-205	-238		-5.136.677
Transferências e abates	-355.125						-903.473	-1.258.598
Saldo final 31-DEZ-2013	3.908.048	31.385.731	50.146.808	33.092.903	6.030.711	2.885.603	338.776	127.788.580
DEPRECIAÇÕES:								
Saldo final 31/12/2012		27.980.315	46.609.574	22.189.209	5.865.417	2.754.692		105.399.207
Aumentos		431.434	1.030.703	4.969.891	57.072	37.183		6.526.283
Alienações			-483	-3.237.272	-205	-238		-3.238.198
Transferências e abates								
Saldo final 31-DEZ-2013		28.411.749	47.639.795	23.921.827	5.922.284	2.791.637		108.687.292
Valor Líquido	3.908.048	2.973.982	2.507.014	9.171.075	108.426	93.966	338.776	19.101.288

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 1.328.022 Euros.

A 31 de dezembro de 2014 os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como se segue:

	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Maquinas industriais	7.315.355	1.751.599	5.563.727

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ganhos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” e ascenderam a 3.443.276 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (3.174.981 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2014	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
Ativo Bruto			
Saldo final 31-DEZ-2013	9.850.956	31.062.501	40.913.457
Aumentos		670.177	670.177
Alienações			
Transferências e abates		338.776	338.776
Saldo final 31-DEZ-2014	9.850.956	32.071.453	41.922.409
DEPRECIAÇÕES			
Saldo final 31-DEZ-2013		26.325.574	26.325.574
Aumentos		446.248	446.248
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31-DEZ-2014		26.771.822	26.771.822
Valor líquido	9.850.956	5.299.631	15.150.587

2013	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
Ativo Bruto			
Saldo final 31/12/2012	9.355.667	30.535.116	39.890.783
Aumentos	140.164	527.385	667.549
Alienações			
Transferências e abates	355.125		355.125
Saldo final 31-DEZ-2013	9.850.956	31.062.501	40.913.457
DEPRECIAÇÕES			
Saldo final 31/12/2012		25.922.244	25.922.244
Aumentos		403.330	403.330
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31-DEZ-2013		26.325.574	26.325.574
Valor líquido	9.850.956	4.736.927	14.587.883

A transferência em 2013 deve-se à reclassificação do terreno sito em Azoia de Ativo Fixo Tangível para Propriedades de Investimento.

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 4.546.395 Euros.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas com referência a 31 de dezembro de 2012 e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 60,9 milhões de Euros. As avaliações externas realizadas em fins de 2013 e 2014, a alguns imóveis, não identificaram qualquer nova situação de imparidade.

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis, à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012 e 2013.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 pode ser detalhado como se segue:

IMÓVEL	LOCAL	TIPO AVALIAÇÃO	DEZ-14		DEZ-13	
			VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31-DEZ-2014	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31-DEZ-2013
Instalações Fabris	V.N. Gaia	Interna	1.626.278	9.048.000	757.476	9.048.000
Instalações Fabris	V.N. Gaia	Interna	614.811	802.000	641.180	802.000
Instalações Fabris	Carregado	Interna	6.002.898	23.828.000	6.096.936	23.828.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	Interna	1.146.993	6.003.000	1.250.234	6.003.000
Instalações Comerciais	Lisboa	Interna	1.229.368	1.247.000	1.258.758	1.247.000
Terreno	Leiria	Interna	355.126	797.000	355.126	797.000
Instalações Comerciais	Cascais	Interna	133.676	834.000	142.022	834.000
	Cascais	Interna	291.367	950.000	304.754	950.000
	Prior Velho	Interna	2.943.103	14.655.000	2.943.104	14.655.000
	Loures	Interna	205.172	849.000	209.221	849.000
	Vila Franca Xira	Interna	480.536	1.648.000	502.614	1.648.000
	Benavente	Interna	121.262	302.000	126.459	302.000
			15.190.591	60.963.000	14.587.884	60.963.000

O justo valor das avaliações das propriedades de investimento que é objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição da filial Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2014, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

	DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	9,44%

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

(2) Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2014, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o *goodwill* (712 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável (3,6 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expetativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

2014	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
ATIVO BRUTO:			
Saldo final 31-DEZ-2013	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações		-417	-417
Transferências e abates			0
Saldo final 31-DEZ-2014	0	991.705	991.705
AMORTIZAÇÕES:			
Saldo final 31-DEZ-2013	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações		-417	-417
Transferências e abates			0
Saldo final 31-DEZ-2014	0	991.705	991.705
Valor Líquido	0	0	0

2013	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
ATIVO BRUTO:			
Saldo final 31-DEZ-2012	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31-DEZ-2013	0	992.122	992.122
AMORTIZAÇÕES:			
Saldo final 31-DEZ-2012	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31-DEZ-2013	0	992.122	992.122
Valor Líquido	0	0	0

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e a 31 de dezembro de 2013, as participações financeiras são como se segue:

	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
31 dezembro 2012	416.338	18.109.606	4.912.712	21.773.483	-986.004	44.226.137
Aquisições						0
Ganhos / Perdas	-15.748	-893.200	-195.784	-1.307.249	973.444	-1.438.538
Outros Movimentos no Capital		-142.147			142.147	0
Alienações/Liquidações						0
Outros (Margens Passivo)					-246.188	-246.188
Outros	7.863	-95.841	-62.660	-467.332	617.970	0
Dividendos Recebidos						0
31 dezembro 2013	408.453	16.978.418	4.654.269	19.998.902	501.369	42.541.411
Aquisições						0
Ganhos / Perdas		1.209	-52.039	314.153	491.888	755.212
Outros Movimentos no Capital						0
Alienações/Liquidações	-400.590					-400.590
Outros (Margens Passivo)					-610.491	-610.491
Outros (Perdas Atuariais)		-1.400.000				-1.400.000
Outros	-7.863				7.863	0
Dividendos Recebidos						0
31 dezembro 2014	0	15.579.627	4.602.231	20.313.055	390.630	40.885.543

Apresenta-se em seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV		SALTANO	
	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Capital Próprio	36.673.060	36.670.448	5.664.980	5.729.036	20.317.120	20.002.903
Resultado Líquido	2.612	-1.928.926	-64.056	-240.994	314.216	-1.474.001
% Direta	46,30%	46,30%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indireta	98,40%	98,40%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%

Resumem-se em seguida as posições financeiras e resultados das operações das subsidiárias em 31-DEZ-2013 e 31-DEZ-2014:

31-DEZ-2014	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
ATIVO			
Corrente	52.337.701	4.993.138	2.057.887
Não Corrente	52.811.859	1.505.496	21.842.211
PASSIVO			
Corrente	63.631.669	833.654	3.583.249
Não Corrente	4.844.831		
CAPITAL PRÓPRIO	36.673.060	5.664.980	20.317.120
Rendimentos	173.728.943	7.965.446	357.577
Gastos	-173.726.332	-8.029.502	-43.361
RESULTADO LÍQUIDO	2.612	-64.056	314.216

31-DEZ-2013	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
ATIVO				
Corrente	68.453	42.465.872	5.031.310	4.778.338
Não Corrente	340.000	52.992.449	1.644.632	21.484.440
PASSIVO				
Corrente		53.435.997	946.907	6.259.875
Não Corrente		5.351.876		
CAPITAL PRÓPRIO	408.453	36.670.448	5.729.036	20.002.903
Rendimentos	13.855	149.375.682	6.661.459	395
Gastos	-29.603	-151.304.608	-6.902.453	1.474.396
RESULTADO LÍQUIDO	-15.748	-1.928.926	-240.994	-1.474.001

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	2014	2013
Ativos Não Correntes		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	59.504	59.504
Ativos Correntes		
Suprimentos concedidos a Saltano, S.G.P.S., S.A. (Nota 14)	3.432.799	6.148.199

A rubrica Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas deve-se a pequenos investimentos da Caetano Components transferidos aquando da dissolução da referida Empresa.

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados no período findo em 31 de dezembro de 2014, pode ser resumido como se segue:

2014	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	IMPOSTO DIFERIDO PASSIVO	REFLETIDO EM RESULTADOS	REFLETIDO EM CAPITAL PRÓPRIO
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	1.072.371		33.100	700.000
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efetuadas		(52.149)	(9.144)	
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações		(190.200)	(43.403)	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(5.136)	(6.165)	
Reserva Cativa		(88.374)		(7.855)
Valorização de instrumentos derivados	33.697		(4.413)	
Prejuízos Fiscais RETGS	1.248.074		374.808	
Ajustamentos de transição				
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais			(44.075)	
Subsídio ao Investimento		(28.098)		(4.494)
Bens não capitalizáveis			24.315	
Anulação custos diferidos			6.793	
Bens intangíveis			6.973	
Total	2.354.141	(363.957)	338.789	687.651

A linha de prejuízos fiscais de RETGS no valor de 1.248.074 Euros resulta dos prejuízos fiscais reconhecidos pelas empresas pertencentes ao regime.

Refira-se que os resultados futuros orçados pelas empresas que compõem o perímetro fiscal evidenciam total capacidade de recuperação do montante de ativo por imposto diferido relevado em Balanço.

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos sobre o rendimento” foi determinada como se segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de dezembro de 2014	359.391
Impostos diferidos líquidos do período	338.789
	698.180

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é como se segue:

RUBRICAS	2014	2013
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2013 (RETGS)	609.384	
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2014 (imposto estimado)	-359.391	-186.176
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2014 (retenções na fonte suportadas, Pagamento especial por conta e pagamento por conta)	793.433	970.449
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS)	-113.985	-201.154
Total Ativo	929.440	583.119
Imposto s/ Veículos	2.209.294	
Direitos Aduaneiros	71.802	
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	6.840.673	3.728.902
Outras Contribuições e Impostos	586.288	570.543
Total Passivo	9.708.056	4.299.445

O imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS) decompõe-se em:

Saltano	26.791
Caetano Renting	-19.860
Caetano Auto	107.054
	113.985

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2014, não inclui dívidas em situação de mora.

A reconciliação do encargo de imposto efetivo com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, pode ser analisada como se segue:

RUBRICAS	DEZ-14	DEZ-13
Resultado Antes de Imposto	4.451.905	866.897
Variações Patrimoniais - Regime Transitório	24.314	24.314
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º18,nº18)	-755.212	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos		-114.989
Reversão de perdas por imparidades tributadas	-257.795	-360.908
Mais valias contabilísticas	-1.276.446	-1.024.972
Diferença negativa entre mais valias e menos valias	-729.411	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)		-485.085
Benefícios Fiscais	-110.536	-142.978
Rendimentos não sujeitos a imposto	-3.129.399	-2.128.932
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º18,nº18)		1.438.538
Depreciações e amortizações (art.º 34, nº1), perdas por imparidades de ativos depreciables ou amortizáveis (art.º 35, nº4) e desvalorizações excepcionais (art.º38) não aceites como gastos	144.052	231.796
50% Mais valias fiscais	529.025	403.938
Pagamento de impostos não dedutíveis e insuficiência de estimativa para impostos		360
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)	30.240	
Outros	59.538	52.226
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	762.856	2.126.858
Lucro tributável	2.109.675	889.137
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal 23%	485.225	222.284
Derrama Municipal 1,5 %	31.645	13.337
Derrama Estadual	18.290	
Encargo Imposto teórico	535.161	235.621
Imposto diferido do exercício	-869	238.543
Tributação Autónoma	163.888	172.839
Encargo de Imposto Efetivo	698.180	647.004

O valor de Imposto estimado referido no detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” é como se segue:

Coleta (70% matéria colectável *23%)	145.568
Derrama Municipal 1,5 %	31.645
Derrama Estadual	18.290
Tributação Autónoma	163.888
	359.391

O valor do imposto calculado acima referido, no montante de 485.225 Euros, regularizou o Imposto diferido ativo por prejuízos fiscais registado em períodos anteriores, no montante de 339.657 Euros.

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Mercadorias	38.034.011	24.184.971
Matérias-primas, subsidiária e de consumo	3.938.945	2.634.224
Produtos Acabados e Intermédios	5.503.201	668.429
Produtos e trabalhos em curso	985.953	515.640
Perdas por imparidade - Mercadorias (Nota 19)	(377.462)	(377.462)
	48.084.649	27.625.802

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2014 é como se segue:

	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	24.184.971	2.634.224	26.819.194
Compras	174.801.126	26.437.027	201.238.152
Existências Finais	38.034.011	3.938.945	41.972.957
	160.952.085	25.132.305	186.084.390

A demonstração da variação da produção ocorrida no período findo a 31 de dezembro de 2014 é como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Existências finais	5.503.201	985.953	6.489.154
Existências iniciais	668.429	515.640	1.184.069
	4.834.772	470.313	5.305.085

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
ATIVO NÃO CORRENTE		
Clientes		309.391
ATIVO CORRENTE		
Clientes	92.458.711	75.879.873
Conta Corrente	86.518.477	69.377.510
Cobrança Duvidosa	5.940.234	6.502.363
Perdas em Imparidade Acumuladas (Nota 19)	5.932.696	6.273.895
	86.526.015	69.605.977

14. EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO PORTUGAL

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2014 e 2013 se encontram refletidas nas rubricas do Balanço "Clientes", "Fornecedores", "Acionistas", e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Contas a Receber	52.739.811	44.162.051
Contas a Pagar	(690.805)	(666.246)

Acionistas

Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota 11)		
Saltano,S.G.P.S., S.A.	147.990	109.586
Caetano Renting, S.A.	(489.603)	(469.743)
Caetano Auto, S.A.	1.027.142	952.646
	685.529	592.489
Financiamentos Obtidos		
Movicargo, Lda.		(340.000)

Outros Ativos Financeiros (Nota 10)

Suprimentos Concedidos		
Saltano,S.G.P.S., S.A.	3.432.799	6.148.199

Clientes e Fornecedores (Notas 13 e 22)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

2014	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
CAETANO AUTO CV, S.A.	46.727		4.418.290				786		1.563
CAETANO RENTING, S.A.	6.234.771	78	9.155.979	8.365.070			69.007	94.633	300.414
CAETANO AUTO, S.A.	46.458.313	690.727	113.571.668	474.719	-1.144.087		5.279.656	7.737.070	1.276.948
Total	52.739.811	690.805	127.145.937	8.839.789	-1.144.087		5.349.448	7.831.704	1.578.925

2013	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
CAETANO AUTO CV, S.A.	271.588	11.300	4.277.850				11.300		3.125
CAETANO RENTING, S.A.	6.413.628	64.351	6.573.571	7.543.561			69.862	122.554	595.028
CAETANO AUTO, S.A.	37.476.836	590.595	90.071.467	661.401	-2.553.620		7.109.080	4.859.786	1.534.784
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, S.A.								12.822	
Total	44.162.051	666.246	100.922.888	8.204.962	-2.553.620		7.190.242	4.995.162	2.132.937

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

O detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar e a Receber é o seguinte:

OUTRAS CONTAS A PAGAR	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Juros a liquidar	248.128	152.852
Campanhas de promoção de vendas	2.327.476	1.866.025
Encargos com férias e subsídios de férias	1.825.889	1.758.758
Especialização de Gastos afetos a viaturas vendidas	1.788.944	1.570.854
Outros fornecimentos externos	459.226	550.022
Garantias	72.911	41.139
Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	481.714	396.149
Pessoal	263.375	11.617
Publicidade	18.529	30.830
Royalties	115.434	62.275
Seguros	271.396	189.847
Total	7.873.022	6.630.368

OUTRAS CONTAS A RECEBER - ATIVO CORRENTE	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Recuperação de campanhas de promoção de vendas	978.000	18.276
Recuperação encargos logística	48.249	
Aluguer Equipamentos	10.427	21.229
Outros contas a receber	260.123	322.091
Total	1.296.800	361.596

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe destas rubricas era como se segue:

GASTOS A RECONHECER	2014	2013
Seguros	76.683	142.695
Juros de Papel Comercial	10.923	67.223
Outros Gastos a Reconhecer	97.128	60.230
Total	184.734	270.147

RENDIMENTOS A RECONHECER	2014	2013
Juros debitados a clientes	6.994	5.472
Recuperação sinalética	641.414	743.862
Diferimento margem intra-grupo	2.281.176	2.891.667
Contratos de Manutenção de Viaturas	2.617.692	1.336.950
Outros Rendimentos a Reconhecer	431.012	232.587
Total	5.978.288	5.210.538

A rubrica de Outros Rendimentos a Reconhecer refere-se essencialmente a recebimentos antecipados e rendas de máquinas de aluguer e a adiantamento de subsídios concedidos pelo IEFP relativos Programa Formação de Aprendizagem e Ativos.

A rubrica de Contratos de Manutenção de Viaturas refere-se a Plano de Manutenção Programada adquiridos pelos Clientes aquando da compra de viaturas por um prazo máximo de 5 anos ou de Kms, que iniciou no final de 2012.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A. 60,82%
- Toyota Motor Europe NV/S.A. 27,00%

De referir que a empresa-mãe Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. se encontra sediada na Avenida Vasco da Gama, n.º 1410, Oliveira do Douro, Gaia.

Dividendos

O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 2.800.000 Euros . Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

Reserva legal

A Reserva Legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que num mínimo de 5% dos Resultados Líquidos anuais seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a Reservas Livres criadas pela empresa (70.129.965 Euros) acrescidas de uma Reserva Cativa referente a Prémio FEDER líquido de imposto diferido (288.688 Euros).

Excedentes de Revalorização

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

Ajustamentos em Ativos Financeiros

Ajustamentos de transição resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Outras Variações no Capital Próprio

Inclui os Subsídios ao Investimento reconhecidos conforme exigido pela NCRF 22 (Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo).

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período apresentam um total de 70.349.858 Euros nas seguintes rubricas:

- Reservas Livres no valor de 70.129.965 Euros.
- Resultados Transitados no valor de 219.893 Euros

Proposta de Aplicação de Resultados 2014

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 3.753.725,00 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

a) Para a conta de reservas não distribuídas por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Eur 755.211,92

b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,08 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz

Eur 2.800.000,00

c) O remanescente para a conta de Resultados Transitados

Eur 198.513,08

18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Governo recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como se segue (Nota 3 g):

PROGRAMA	SUBSÍDIOS RECEBIDOS EM PERÍODOS ANTERIORES	SUBSÍDIO RECEBIDO NO PERÍODO	RECONHECIDO NO PERÍODO	DIFERIDO PARA PERÍODOS FUTUROS
POE1.2 - SIME A candidatura 00/07099	133.030		8.147	124.883
FEDER	392.773			392.773
Sub-total Incentivo ao investimento	525.803		8.147	517.656
Programa Formação de Aprendizagem e Ativos		2.028.385	2.028.385	
Sub-total Incentivo à exploração		2.028.385	2.028.385	

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de Imparidades e Provisões:

RUBRICAS 31-DEZ-2014	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Imparidade Clientes	6.273.895	215.887	-532.096	-24.990	5.932.696
Imparidade Inventários	377.462				377.462
	6.651.357	215.887	-532.096	-24.990	6.310.157

RUBRICAS 31-DEZ-2013	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Imparidade Clientes	6.833.619	238.746	-754.388	-44.082	6.273.895
Imparidade Inventários	377.462				377.462
	7.211.081	238.746	-754.388	-44.082	6.651.357

Os reforços e reversões de ajustamentos evidenciados em 2014 e 2013 no quadro supra, resultam de avaliação interna efetuada à quantia recuperável de contas a receber e de inventários.

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GASTOS SUPOSTADOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe do financiamento obtido era como se segue:

	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Financiamento c/ Corrente Cauconada	10.000.000	10.000.000
Papel Comercial	13.400.000	
Financiamento Bancário	1.842.105	1.842.105
Loações Financeiras	1.201.833	901.070
Outros Financiamentos Obtidos	272.678	545.356
Passivo Corrente	26.716.616	13.288.532
Financiamento Bancário	15.052.632	7.894.737
Loações Financeiras	5.060.856	1.638.260
Outros Financiamentos Obtidos		272.678
Passivo Não Corrente	20.113.488	9.805.675

Os financiamentos obtidos encontram-se mensurados pelo custo amortizado, sendo que a taxa efetiva implícita nos referidos financiamentos coincide com a respetiva taxa nominal.

Os juros respeitantes aos Programas de Papel Comercial e Financiamentos Bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, sendo acrescidos de um "spread" que varia entre 250 e 375 pontos percentuais.

A linha de Outros Financiamentos Obtidos é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2009 cuja última amortização ocorrerá em janeiro de 2015.

Apresenta-se em seguida detalhe da maturidade dos financiamentos em aberto a 31 de dezembro de 2014:

	2015	2016	2017	2018	>2019	TOTAL
Financiamento Bancário c/ Corrente Cauconada	10.000.000					10.000.000
Papel Comercial	13.400.000					13.400.000
Financiamento Bancário	1.842.105	1.842.105	3.842.105	3.842.105	5.526.317	16.894.737
Loações Financeiras	1.201.833	1.281.444	1.319.141	1.166.162	1.294.109	6.262.689
Outros Financiamentos Obtidos	272.678					272.678
	26.716.616	3.123.549	5.161.246	5.008.267	6.820.426	46.830.104

O detalhe dos gastos suportados com os financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como se segue (Nota 32):

	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Papel Comercial	136.706	494.968
Financiamentos Bancários correntes	266.930	201.458
Financiamentos Bancários não correntes	454.343	691.379
Locações Financeiras	218.932	85.679
Instrumentos Financeiros Derivados	58.307	460.731
Outros	22.459	29.458
	1.157.678	1.963.672

O detalhe das condições contratualizadas no âmbito dos instrumentos financeiros supra enunciados encontra-se enunciado na Nota 23.

Detalhamos, em seguida, o valor em aberto em balanço relativo a financiamentos obtidos para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis:

- Financiamento Bancário: 7.894.737;

21. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga no montante de 6.262.689 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos Obtidos" (Nota 20).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de dezembro de 2014:

CONTRATO	Bem Locado	Curto Prazo	MÉDIO/LONGO PRAZO			Total não corrente	TOTAL
			2016	2017	2018 e seguintes		
Diversos	Equipamento Industrial						
	Capital	1.201.833	1.281.444	1.319.141	2.460.270	5.060.856	6.262.689
	Juros	329.890	260.588	182.927	148.535	592.050	921.940

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

23. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano existentes em 31 de dezembro de 2014 respeitam a:

Swaps Taxa de Juro

Trata-se de instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (cash flow hedges), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2014 era negativo em 149.762 Euros (em 31 de dezembro de 2013 era negativo em 119.522 Euros) e compreende à data de 31 de dezembro de 2014 uma exposição de 7.894.737 Euros desde 22 de dezembro de 2014 pelo prazo remanescente de 2 anos e meio.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2014 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados.

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

24. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Por Fianças Prestadas	2.500.000	2.500.000
A.T.A.	4.000.000	
Outras Garantias Financeiras	996.396	926.180
Total	7.496.396	3.426.180

O montante apresentado em 31 de dezembro de 2014 relativo A.T.A. refere-se a caução prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de inventários alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 25,2 milhões de Euros, dos quais estão utilizados cerca de 21,3 milhões de Euros a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 25,9 milhões de Euros.

25. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Fundo de Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (GNB - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias *de marches* tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de "benefício definido" a um plano de "contribuição definida", entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi por esta Empresa rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um "capital inicial" individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 2,5%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2014 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 janeiro 2014	17.034.670
Custo dos serviços correntes	47.845
Custo dos juros	735.037
(Ganhos) e perdas atuariais	3.801.468
Pagamentos de Pensões	(1.401.016)
Responsabilidades em 31 dezembro 2014	20.218.005

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos acima referidos, durante o exercício de 2014, foi como se segue:

RUBRICA	Plano benefício definido	Plano contribuição definido	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2013	17.008.942	3.693.122	20.702.064
Contribuições	56.459	21.528	77.987
Retorno real dos ativos do plano	1.322.381	267.268	1.589.649
Pagamentos de Pensões	-1.401.016	- 760	-1.401.776
Utilização de conta Reserva			
Transferências entre Associados		-43.614	-43.614
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2014	16.988.766	3.937.544	20.924.308

A 31 de dezembro de 2014, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-DEZ-2014
Ações	7,9%	1.342.112
Obrigações	44,5%	7.560.001
Imobiliário	39,4%	6.693.574
Liquidez	4,4%	747.506
Outros Ativos	3,9%	645.573
Total	100%	16.988.766

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

	2014	2013
Valor da responsabilidade	20.218.005	17.034.670
Valor do fundo	16.988.766	17.008.942

A responsabilidade líquida da Toyota Caetano acima evidenciada encontra-se acautelada através da provisão em cerca de 3,2 milhões de euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego.

26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2014 e 2013 foi como se segue:

	2014	2013	VAR (%)	2014	2013	VAR (%)	2014	2013	VAR (%)
	MERCADO INTERNO			MERCADO EXTERNO			TOTAL		
Viaturas Ligeiras	155.221.023	109.994.500	41%	13.983.740	14.666.815	-5%	169.204.763	124.661.315	36%
Veículos Pesados	0	563.048	-100%	415.390	274.894	51%	415.390	837.942	-50%
Máquinas Industriais	11.000.369	6.821.088	61%	100.940	384.884	-74%	11.101.309	7.205.972	54%
Peças e Acessórios	33.093.150	34.732.551	-5%	580.029	566.931	2%	33.673.179	35.299.482	-5%
Outros	3.583.725	3.016.613	19%	11.432	14.859	-23%	3.595.157	3.031.473	19%
	202.898.267	155.127.801	31%	15.091.531	15.908.383	-5%	217.989.797	171.036.184	27%

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

31-DEZ-2014	NACIONAL						Outros	EXTERNO					Total
	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial			Veículos Automóveis		Equipamento Industrial					
	Indústria	Comércio	Comércio Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer	Indústria		Comércio	Comércio Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer		
RÉDITOS													
Vendas e Serviços Prest.	13.364.282	176.375.155	11.146.958	2.024.771			10.850.627	4.128.531	88.040	11.432		217.989.797	
Prov. Suplem. Alug. Máq.					9.904.240						12.900	9.917.140	
RESULTADOS													
Resultados op. s/feito MEP	-1.304.760	3.431.116	306.608	1.278.832	2.006.878		-1.014.367	260.370	910	8.824	5.456	4.979.866	
Encargos de fin. líq.	-319	459.828	-2.139	421	820.643		117	4.250	376	-5	1	1.283.173	
Resultados em associadas	6.834	848.720				-48.697		-51.646				755.212	
Resultados líquidos	-1.297.607	3.475.157	272.914	1.130.037	1.048.559	-48.697	-1.014.484	174.749	472	7.805	4.821	3.753.725	
OUTRAS INFORMAÇÕES													
Ativos	43.381.979	152.142.838	14.825.945	2.196.886	17.092.879							229.640.527	
Passivos	7.844.907	79.488.438	4.412.767	655.157	8.341.415							100.742.683	
Investimentos Fin. (1)													
Dispêndios de cap. fixo (2)	1.585.813	1.602.704	83.080	59.881	3.764.745							7.096.222	
Depreciações (3)	1.371.297	1.385.902	71.841	51.781	3.255.480							6.136.301	

31-DEZ-2013	NACIONAL						Outros	EXTERNO					Total
	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial			Veículos Automóveis		Equipamento Industrial					
	Indústria	Comércio	Comércio Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer	Indústria		Comércio	Comércio Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer		
RÉDITOS													
Vendas e Serviços Prest.	10.910.220	135.384.789	6.881.655	1.957.877			11.231.634	4.277.006	378.144	14.859		171.036.184	
Prov. Suplem. Alug. Máq.					9.662.345						6.740	9.669.085	
RESULTADOS													
Resultados op. s/feito MEP	-1.348.800	4.180.637	89.065	1.273.898	1.990.692		-1.962.680	212.573	7.946	9.432	1.422	4.454.185	
Encargos de fin. líq.	9.031	911.207	-6.732	6.549	1.172.346		32.006	21.858	2.451	18	24	2.148.758	
Resultados em associadas	-766.676	-414.800	-15.748			-45.531		-195.784				-1.438.538	
Resultados líquidos	-2.124.506	2.480.875	69.095	1.122.424	724.766	-45.531	-1.994.686	-26.873	4.866	8.338	1.124	219.893	
OUTRAS INFORMAÇÕES													
Ativos	31.217.838	122.473.283	2.630.601	403.988	30.211.297							186.937.008	
Passivos	9.709.728	37.846.848	818.200	125.653	9.396.662							57.897.090	
Investimentos Fin. (1)													
Dispêndios de cap. fixo (2)	740.694	934.469	59.699	15.320	1.558.823							3.309.004	
Depreciações (3)	1.551.136	1.956.935	125.021	32.084	3.264.437							6.929.613	

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação Líquida do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Depreciações do Exercício)

(3) Do Exercício

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Subcontratos	24.935	46.286
Trabalhos Especializados	2.696.568	3.093.678
Publicidade e Propaganda	12.991.969	9.246.720
Vigilância e Segurança	303.108	399.295
Honorários	678.163	666.399
Comissões	172.444	124.238
Conservação e Reparação	677.958	632.802
Outros	2.437.656	1.906.094
Serviços Especializados	19.957.865	16.069.225
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	64.185	46.156
Livros e Documentação Técnica	217.526	176.170
Material de Escritório	183.111	146.784
Artigos para Oferta	22.758	11.347
Outros	7.609.807	10.163.163
Materiais	8.097.387	10.543.619
Eletricidade	409.973	378.440
Combustíveis	469.759	456.731
Água	61.540	57.928
Energia e Fluidos	941.272	893.100
Deslocações e Estadas	1.010.756	763.361
Transporte de Pessoal	91.436	89.758
Transporte de Mercadorias	743.718	572.678
Deslocações, Estadas e Transportes	1.845.910	1.425.797
Rendas e Alugueres	392.304	447.266
Comunicação	437.769	354.073
Seguros	689.618	689.536
Royalties	299.027	282.284
Contencioso e Notariado	10.779	11.106
Limpeza, Higiene e Conforto	294.252	271.039
Serviços Diretos	2.123.748	2.055.304
Total Fornecimentos e Serviços Externos	32.991.116	31.033.331

29. GASTOS COM O PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os principais gastos com pessoal foram como se segue:

DESCRIÇÃO	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Remunerações Órgãos Sociais	358.416	357.223
Remunerações ao Pessoal	9.562.102	8.456.010
Benefícios Pós-Emprego	235.542	530.473
Indemnizações	51.159	324.916
Encargos sobre Remunerações	2.315.672	2.584.025
Seguros Acidentes de Trabalho	218.109	175.482
Gastos de Ação Social	1.063.747	943.670
Outros Gastos com o Pessoal	717.927	638.872
Total Gastos com o Pessoal	14.522.674	14.010.672

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de pessoal foi o seguinte:

RUBRICA	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Empregados	379	379
Pessoal afeto à Produção	123	124
	502	503

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Conselho de Administração	347.183	347.183
Conselho Fiscal	8.450	8.400

31. OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As rubricas Outros Gastos e Rendimentos Operacionais da Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalham-se da seguinte forma:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Impostos	684.595	623.248
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	10.501	83
Dívidas Incobráveis	371.000	
Perdas em Inventários	77.904	519.464
Perdas em Investimentos não Financeiros	14.858	100.416
Outros Gastos e Perdas	7.629.870	4.638.442
	8.788.728	5.881.653

A rubrica de outros gastos e perdas inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Rendimentos Suplementares	26.822.185	26.544.803
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	32.182	6.330
Recuperação de Dívidas Incobráveis	3.154	531
Ganhos em Inventários	137.575	573.684
Ganhos em Investimentos não Financeiros	1.329.357	1.113.253
Outros Rendimentos e Ganhos	76.494	232.761
	28.400.946	28.471.362

Os rendimentos suplementares referem-se a rendas de aluguer de equipamento e edifícios, serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias).

Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se a mais-valias de alienação de imobilizado.

32. RESULTADOS FINANCEIROS

JUROS E GASTOS SIMILARES	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Juros Suportados	1.157.678	1.963.672
Outras Gastos e Perdas Financeiros	483.517	772.963
	1.641.195	2.736.636

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	31-DEZ-2014	31-DEZ-2013
Juros Obtidos	358.021	587.885

33. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ/2014	DEZ/2013
Resultado		
Básico	3.753.725	219.893
Diluído	3.753.725	219.893
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,11	0,01

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

34. OUTRAS PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas para além das referidas na Nota 14, pode ser resumido como se segue:

	Dividas comerciais		Produtos		Ativos Fixos Tangíveis	Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	296								1.441
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	264.899	36.313	3.517.426	156	-22.672		81.292	244.801	76.962
CAETANO ACTIVE (SUL), L.D.A.	55		165						1.058
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	258		685						693
CAETANO DRIVE SPORT URBAN (NORTE), S.A.	-8.925		1.928						673
CAETANO FORMULA (NORTE), S.A.	156		4.259						2.107
CAETANO MOTORS, S.A.	311		3.986						2.243
CAETANO PARTS, L.D.A.	3.964	600	1.684	4			219		4.530
CAETANO POWER, S.A.	475		5.485						9.030
CAETANO RETAILSGPS, S.A.	5.618		591						53.154
CAETANO SPAIN, S.A.									370.427
CAETANO STAR (SUL), S.A.	407		955						4.541
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA.	-948		2.440						1.733
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	9.743.822		171.835	10.929	-15.000		114.353	2.736.419	968.417
CAETANO AERONAUTIC	68.866				37.885				104.172
CAETSU, S.A.	-1.379	399.782		400			2.707.015	600	715
CARPLUS-COMERCIO AUTOMOVEIS, S.A.	331	555	98						4.417
COBUS INDUSTRIES									440
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	798	31.294	252.559	23.809			333.605	32.114	11.601
GUERIN RENT A CAR, S.L.							50		14.838
GRUPO SALVADOR CAETANO,S.G.P.S., S.A.	180								207
IBERICAR AUTO NIPON, S.A.	15.525							1.530	
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	139.182	53.063	156.790	86.845			139.799	1.450	34.410
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS, S.A.	240	29.709							
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	189.406		78.353				6.369		77.921
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	55.926	622.147	521		1.211		2.280.976	25.476	201.279
LIDERA SOLUCIONES, SL		1.200					51.304		
MOVICARGO	301.500	219.147		267.307			65.722	149.037	303.563

SEARAS MORENAS, L.D.A.								826
CENTRAL SOLAR CASTANHOS	151							151
PV LOIRAL	151							151
VAS AFRICA	235							4.031
ROBERT HUDSON, LTD.	6.795		4.639					39.392
SALVADOR CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.			802					62
CAETANO FÓRMULA EAST ÁFRICA, S.A.			360					563
CAETANO FÓRMULA MOÇAMBIQUE, S.A.	105							105
CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.	70							70
CAETANO MOVE ÁFRICA, S.A.	44							36
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	873	252.083	425		215.580		186.647	11.109
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	1.036							485
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.	194	37.441					118.311	522
LUSO ASSISTÊNCIA	171							1.454
ISLAND RENT	218						1.816	
OESTE MAR								457
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	75							728
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	245.500							
TOYOTA MOTOR CORPORATION		234.950		1.979.130			317.959	
TOYOTA MOTOR EUROPE	370.353	14.228.702	10.089.444	158.122.018			5.441.902	6.228.913

35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Processos Judiciais em Curso

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão.

Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2014, a empresa foi notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indirectos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão quaisquer tipo de responsabilidades para a Empresa decorrentes do desfecho deste processo.

36. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

37. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." - empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV - a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados - S.R.O.C., Lda. no exercício de 2014 foi como se segue:

	31-DEZ-14
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	29.500

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de abril de 2015.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2014, até à presente data e em termos de factos relevantes é de manifestar a convicção do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal que do sinistro ocorrido em 3 março de 2015, originado num incêndio, o qual destruiu integralmente um dos imóveis de nossa propriedade e situado no denominado Polo Industrial do Carregado, não resultarão impactos económico-financeiros significativos para esta Empresa, face à adequada cobertura das apólices de seguro existentes para este tipo de ativos e sinistros.

O Técnico de Contas

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

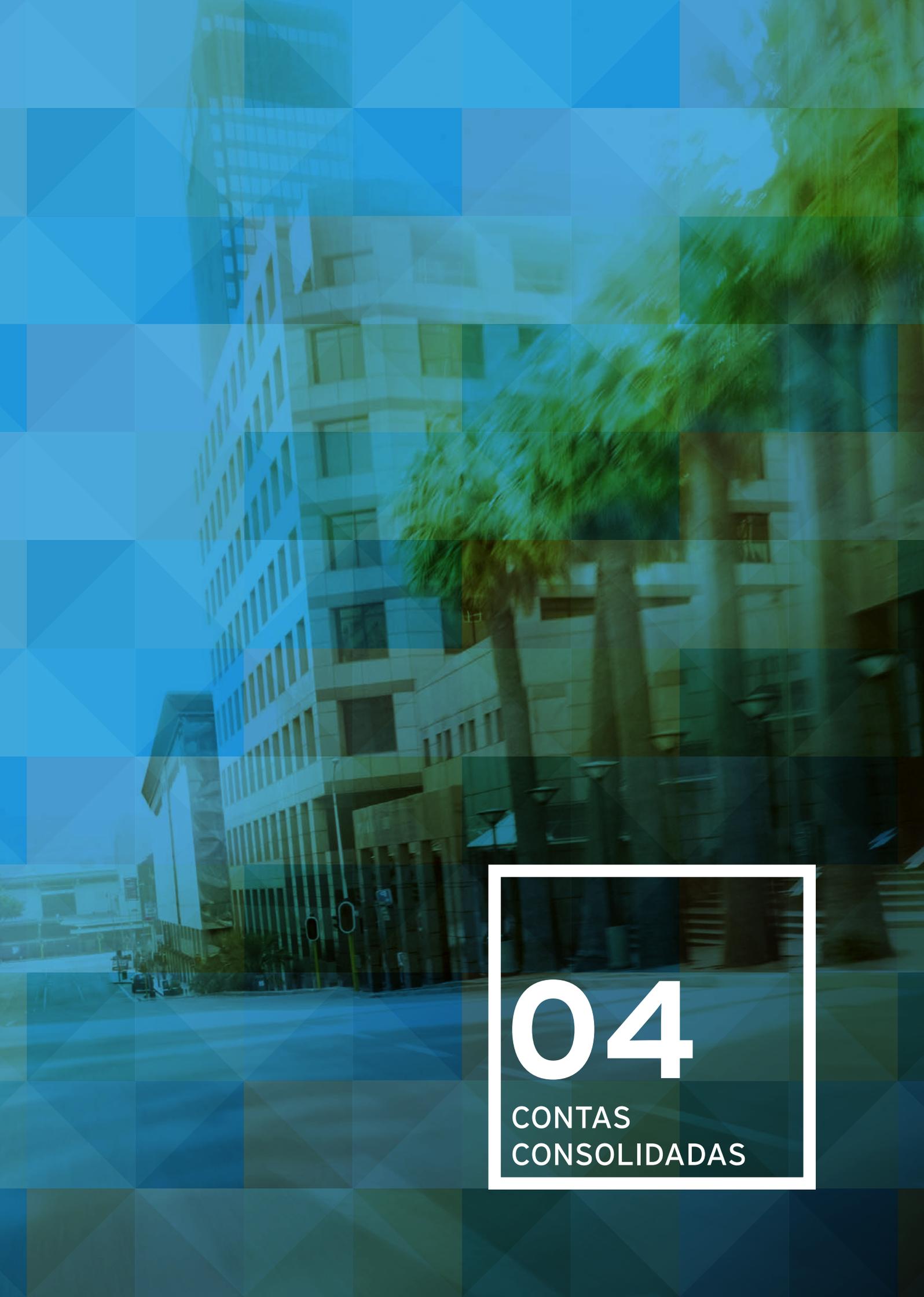
Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Daniele Schillaci

Takeshi Numa

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



04

CONTAS
CONSOLIDADAS

INDICADORES FINANCEIROS

	DEZ-14	DEZ-13	DEZ-12
VENDAS	271.639.918	222.923.191	216.271.646
CASH-FLOW BRUTO	16.286.390	13.004.089	11.127.691
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	1.343.024	1.743.901	2.903.825
CUSTOS COM O PESSOAL	35.838.481	34.924.650	36.178.916
INVESTIMENTO LÍQUIDO	13.022.095	4.791.647	8.702.901
VOLUME DE EMPREGO	1.492	1.478	1.571
RESULTADO LÍQUIDO COM INT MINORITÁRIOS	3.960.251	-2.416	-3.089.055
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT MINORITÁRIOS	3.973.763	60.656	-2.853.034
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	52,01%	64,01%	60,40%

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31-DEZ-14	31-DEZ-13
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
<i>Goodwill</i>	8	611.997	611.997
Ativos intangíveis	5	654.916	584.075
Ativos fixos tangíveis	6	74.805.462	74.570.014
Propriedades de investimento	7	17.345.321	16.502.727
Investimentos disponíveis para venda	9	3.119.634	3.341.376
Ativos por impostos diferidos	14	3.179.411	2.871.892
Clientes	11	108.556	521.364
Total de ativos não correntes		99.825.297	99.003.445
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	10 e 24	69.990.056	43.293.137
Clientes	11 e 24	57.493.329	44.361.619
Outras dívidas de terceiros	12	4.417.305	6.486.025
Estado e outros entes públicos	21	997.206	7
Outros ativos correntes	13	3.215.482	1.325.550
Caixa e equivalentes a caixa	15	12.530.999	7.676.781
Total de ativos correntes		148.644.377	103.143.119
Total do ativo		248.469.674	202.146.564
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	16	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	16	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão	16	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	9 e 16	38.951	260.693
Outras reservas	16	76.591.909	80.429.549
Resultado consolidado líquido do exercício		3.973.763	60.656
		127.603.472	127.749.747
Interesses não controlados	17	1.630.768	1.646.250
Total do capital próprio		129.234.240	129.395.997
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	23.137.232	13.135.539
Responsabilidades por pensões	23	5.000.000	-
Provisões	24	311.551	323.424
Passivos por impostos diferidos	14	1.798.006	2.089.843
Total de passivos não correntes		30.246.789	15.548.806
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	27.768.843	13.586.846
Fornecedores	19	31.579.655	22.792.534
Outras dívidas a terceiros	20	1.740.504	1.619.969
Estado e outros entes públicos	21	10.938.452	5.067.123
Outros passivos correntes	22	16.811.429	14.015.767
Instrumentos financeiros derivados	25	149.762	119.522
Total de passivos correntes		88.988.645	57.201.761
Total do passivo e capital próprio		248.469.674	202.146.564

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	31-DEZ-14	31-DEZ-13
RENDIMENTOS OPERACIONAIS:			
Vendas	29	252.557.779	205.085.083
Prestações de serviços	29	19.082.141	17.838.108
Outros rendimentos operacionais	32	35.569.623	34.555.626
Variação da produção	10	5.332.436	(3.259.473)
Total de rendimentos operacionais		312.541.979	254.219.344
GASTOS OPERACIONAIS:			
Custo das vendas	10	(220.936.623)	(169.605.168)
Fornecimentos e serviços externos	30	(33.447.294)	(31.583.581)
Gastos com o pessoal	31	(35.838.481)	(34.924.650)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(12.094.953)	(13.179.976)
Provisões e perdas por imparidade	24	(1.124.266)	285.735
Outros gastos operacionais	32	(2.869.726)	(3.008.281)
Total de gastos operacionais		(306.311.343)	(252.015.921)
Resultados operacionais		6.230.636	2.203.423
Gastos e perdas financeiros	33	(1.527.526)	(2.618.681)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	184.503	874.780
Resultados antes de impostos		4.887.613	459.522
Impostos sobre o rendimento	26	(927.362)	(461.938)
Resultado líquido consolidado do exercício		3.960.251	(2.416)

RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS

ATRIBUÍVEL:

ao Grupo		3.973.763	60.656
a interesses não controlados		(13.512)	(63.072)
		3.960.251	(2.416)

RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

ATRIBUÍVEL:

ao Grupo		3.973.763	60.656
a interesses não controlados		(13.512)	(63.072)
		3.960.251	(2.416)

RESULTADOS POR AÇÃO:

de operações continuadas	27	0,114	0,002
de operações descontinuadas		-	-
Básico		0,114	0,002
de operações continuadas	27	0,114	0,002
de operações descontinuadas		-	-
Diluído		0,114	0,002

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	102.455	84.174.774	96.276.078	(2.853.034)	128.423.044	812.346	129.235.390
Alterações no período:											
Aplicação do resultado consolidado de 2012	-	-	-	-	-	(2.853.034)	(2.853.034)	2.853.034	-	-	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	158.238	-	158.238	-	158.238	-	158.238
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	158.238	(2.853.034)	(2.694.796)	2.853.034	158.238	-	158.238
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	158.238	-	158.238	60.656	60.656	(63.072)	(2.416)
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	60.656	218.894	(63.072)	155.823
Aquisição a Interesses não controlados	-	-	-	-	-	(892.191)	(892.191)	-	(892.191)	896.976	4.785
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	260.693	80.429.549	92.689.091	60.656	127.749.747	1.646.250	129.395.997
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	260.693	80.429.549	92.689.091	60.656	127.749.747	1.646.250	129.395.997
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Aplicação do resultado consolidado de 2013	-	-	-	-	-	60.656	60.656	(60.656)	-	-	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	(221.742)	-	(221.742)	-	(221.742)	-	(221.742)
Perdas atuariais	-	-	-	-	(221.742)	(3.900.000)	(3.900.000)	-	(3.900.000)	-	(3.900.000)
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	(221.742)	(3.839.344)	(4.061.086)	(60.656)	(4.121.742)	-	(4.121.742)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	(221.742)	-	(221.742)	3.973.763	3.973.763	(13.512)	3.960.251
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	(221.742)	(3.900.000)	(4.121.742)	3.973.763	(47.979)	(13.512)	(161.491)
Aquisição a Interesses não controlados	-	-	-	-	-	1.704	1,704	-	1,704	(1,970)	(266)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	38.951	76.591.909	88.629.709	3.973.763	127.603.472	1.630.768	129.234.240

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	31-DEZ-14	31-DEZ-13
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	3.960.251	(2.416)
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, passíveis de serem reciclados por resultados:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	(221.742)	158.238
Perdas atuariais	(3.900.000)	-
Rendimento integral consolidado do período	(161.491)	155.822
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	(147.979)	218.894
Interesses não controlados	(13.512)	(63.072)

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Montantes expressos em Euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014		2013	
Recebimentos de Clientes	258.877.084		249.146.952	
Pagamentos a Fornecedores	(254.913.057)		(200.896.491)	
Pagamentos ao Pessoal	(29.101.017)		(29.069.764)	
Fluxo gerado pelas Operações		(25.136.990)		19.180.697
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		(605.798)		(1.047.761)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		13.882.357		(2.684.038)
Fluxo das Atividades Operacionais		(11.860.431)		15.448.898

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos provenientes de:

Investimentos Financeiros				
Propriedade de Investimento	64.386			
Ativos Fixos Tangíveis	3.201.773		14.383.126	
Ativos Intangíveis				
Subsídios de Investimento			27.572	
Juros e Rendimentos Similares	239.951		170.661	
Dividendos		3.506.110		14.581.359

Pagamentos respeitantes a:

Investimentos Financeiros	(474)		(1.055)	
Propriedade de Investimento			(119.693)	
Ativos Fixos Tangíveis	(3.685.759)		(11.879.960)	
Ativos Intangíveis	(254.581)	(3.940.814)	(17.374)	(12.018.082)
Fluxo das Atividades de Investimento		(434.704)		2.563.277

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos Obtidos	20.557.895			
Subsídios e doações		20.557.895		

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos Obtidos	(545.356)		(13.857.127)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(1.489.251)		(1.133.345)	
Juros e Gastos Similares	(1.430.728)		(2.838.122)	
Dividendos	(6.261)	(3.471.596)	(14.500)	(17.843.094)
Fluxo das Atividades de Financiamento		17.086.299		(17.843.094)

CAIXA E EQUIVALENTES

Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 15)		7.676.781		7.507.700
Variação do Perímetro (Nota 4)		(63.054)		
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 15)		12.530.999		7.676.781
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		4.791.164		169.081

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Daniele Schillaci; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.c).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

a) Impacto de adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2014:**(i) Normas:**

IAS 32 (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB, o qual visa clarificar o conceito de "deter atualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 36 (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros'. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 39 (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura'. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - 'Entidades de investimento'. A alteração define uma Entidade de investimento ('Investment entities') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não é aplicável à Entidade, por não se qualificar como Entidade de investimento.

IFRS 10 (nova), 'Demonstrações financeiras consolidadas'. A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 11 (nova), 'Acordos conjuntos'. A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional de empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 12 (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades'. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, 'Regime de transição'. Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 27 (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas'. A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 28 (revisão 2011), 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

b) Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014, ou em data posterior, e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

(i) Normas

IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contabilísticas. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 - Agricultura para a IAS 16 - Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 - Agricultura. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos - Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28, 'Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os ativos transferidos constituem um negócio, e apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros) quando os ativos transferidos não constituem um negócio. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 - concentrações de atividades empresariais. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

Melhorias às normas 2011 - 2013, (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A Entidade irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima impacto material da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 14 (nova), 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

(ii) Interpretações:

IFRIC 21 (nova), 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 17 de junho de 2014). A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento.

2.2 Princípios de Consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica "Interesses não controlados". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os minoritários absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como *Goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os "interesses não controlados" pela proporção do valor dos ativos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transações com os interesses não controlados sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas no valor da rubrica *Goodwill* (Nota 8). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

c) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão". As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio "Outras reservas".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

31-DEZ-2014	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2014	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2014	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2013
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

31-DEZ-2013	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2013	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2013	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2012
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3 Principais Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros rendimentos operacionais” na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

As avaliações externas realizadas em fins de 2014, a alguns imóveis, não identificaram qualquer nova situação de imparidade.

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012 e 2013.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como ganho na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios reembolsáveis

O benefício de um financiamento governamental com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio governamental. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser medido como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a IAS 39 e os proveitos recebidos. O benefício é contabilizado em conformidade com a IAS 20. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os custos que o benefício do empréstimo visa compensar.

g) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos operacionais". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer

rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

(i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 9).

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados).

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “investimentos financeiros disponíveis para venda” e os “investimentos registados ao justo valor através de resultados” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas - calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados - são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

(ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

(iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

(iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

(v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em financiamentos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira.

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto.

Para cada transação, e aquando da sua origem, o grupo prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura. O grupo documenta também, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com

que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IAS 39, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura é apresentado na Nota 25. Os movimentos na reserva de cobertura são apresentados na demonstração consolidada de alterações no capital próprio. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa aplicou “hedge accounting”, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, e posteriormente reavaliados ao justo valor, sendo as variações deste registadas em “Reservas de Justo Valor”, no caso de cobertura de fluxos de caixa e em Resultados do exercício no caso de cobertura de justo valor.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

(vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP - Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência das alterações acima referidas e introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP - Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efetua contribuições para um Fundo Autónomo (igualmente gerido pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) correspondentes a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respetivos beneficiários.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o "Current Unit Method".

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na rubrica de outras reservas.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Saltano e Caetano Auto.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

o) Classificação na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

p) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

q) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 28.

r) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam ativos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *goodwill*;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.5 Política De Gestão Do Risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os

principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (*forwards* cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2 c), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	DEZ-14	DEZ-13	DEZ-14	DEZ-13
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.498.634	6.675.939	833.654	946.903
Libra Esterlina (GBP)	1.644	348.887	-	545
Coroa dinamarquesa (DKK)	-	188.709	-	-
Coroa Norueguesa (NOK)	-	80.142	-	-
Coroa Sueca (SEK)	-	40.849	-	2.176
Yene Japonês (JPY)	-	-	777.900	161.573
Dólar Americano (USD)	-	-	(163)	9.258

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	DEZ-14		DEZ-13	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	(3.203)	283.249	(12.050)	286.452
Libra Esterlina (GBP)	5%	82	-	17.417	-
Coroa dinamarquesa (DKK)	5%	-	-	9.435	-
Coroa Norueguesa (NOK)	5%	-	-	4.007	-
Coroa Sueca (SEK)	5%	-	-	1.934	-
Iene Japonês (JPY)	5%	(12.227)	-	(8.079)	-
Dólar Americano (USD)	5%	-	-	(463)	-

ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2014 e 2013, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos disponíveis para venda". Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2014 e 2013 unicamente por Unidades de Participação do Címovel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como "Investimentos disponíveis para venda", o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	DEZ-14		DEZ-13	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMOVEL	10%	-	305.290	-	327.464
FUNDO CIMOVEL	-10%	-	(305.290)	-	(327.464)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado,

é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	DEZ-14		DEZ-13	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Empréstimos - mútuo	1 p.p.	78.947	-	97.368	-
Contas correntes caucionadas	1 p.p.	100.000	-	100.000	-
Descobertos Bancários	1 p.p.	204	-	-	-
Papel Comercial	1 p.p.	134.000	-	-	-
Empréstimo de MLP	1 p.p.	90.000	-	-	-
Loações Financeiras	1 p.p.	95.953	-	61.675	-
Total		499.104	-	259.043	-
Empréstimo - mútuo	(1 p.p.)	(78.947)	-	(97.368)	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p.)	(100.000)	-	(100.000)	-
Descobertos Bancários	(1 p.p.)	(204)	-	-	-
Papel Comercial	(1 p.p.)	(134.000)	-	-	-
Empréstimo de MLP	(1 p.p.)	(90.000)	-	-	-
Loações Financeiras	(1 p.p.)	(95.953)	-	(61.675)	-
Total		(499.104)	-	(259.043)	-

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 25).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

DEZ-14	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	TOTAL
Financiamentos obtidos	27.768.843	8.915.998	11.313.774	2.907.460	50.906.075
Fornecedores	31.579.655	-	-	-	31.579.655
Estado e outros entes públicos	10.938.452	-	-	-	10.938.452
Outras dívidas a terceiros	1.740.504	-	-	-	1.740.504
	72.027.454	8.915.998	11.313.774	2.907.460	95.164.686

DEZ-13	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	TOTAL
Financiamentos obtidos	13.586.846	2.955.208	5.252.436	4.927.895	26.722.385
Fornecedores	22.792.534	-	-	-	22.792.534
Estado e outros entes públicos	5.067.123	-	-	-	5.067.123
Outras dívidas a terceiros	1.619.970	-	-	-	1.619.970
	43.066.473	2.955.208	5.252.436	4.927.895	56.202.012

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 38.375.076 Euros e 19.045.604 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida/(dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	DEZ-14	DEZ-13
Financiamento obtido	50.906.075	26.722.385
Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.530.999)	(7.676.781)
Endividamento líquido	38.375.076	19.045.604
Capital Próprio	133.134.240	129.395.997
Rácio de alavancagem financeira	22,37%	12,83%

O gearing permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", cujo montante, em 31 de dezembro de 2014 era de, aproximadamente, 8.169.965 Euros (8.039.965 Euros em 31 de dezembro de 2013), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 encontram-se divulgados na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 24.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	DEZ-14	DEZ-13
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto Cabo Verde, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,40%	98,39%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	-	100,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 verificou-se uma alteração da composição do perímetro de consolidação, derivada da alienação da participação da Movicargo - Movimentação Industrial, Lda., com efeitos a 1 de janeiro de 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

SAÍDA POR FUSÃO	SAÍDA POR DISSOLUÇÃO
Caetano Retail (Norte) II S.G.P.S., S.A.	Caetano Components, S.A.
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	
Caetano Colisão (Norte), S.A.	
Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.	

Durante o ano de 2013 foram adquiridos os restantes 50% da participação na Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A. (que detinha a 100% as subsidiárias Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. e Caetano Colisão (Norte), S.A.), tendo a fusão destas sociedades com a Caetano Auto, S.A. ocorrido com efeitos a 1 de janeiro de 2013.

A dissolução da Caetano Components, S.A. ocorreu a 31 de dezembro de 2013.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-DEZ-2014	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	140.816	81.485	1.868.423	-	12.374	2.103.098
Adições	146.663	-	93.107	-	14.811	254.581
Alienações, abates e transferências	(27.502)	-	23.881	24.202	(27.185)	(6.604)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	259.977	81.485	1.985.411	24.202	-	2.351.075
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	117.328	81.485	1.320.210	-	-	1.519.023
Amortização do exercício	30.754	-	147.190	-	-	177.944
Alienações, abates e transferências	(3.691)	-	2.883	-	-	(808)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	144.391	81.485	1.470.283	-	-	1.696.159
Valor líquido	115.586	-	515.128	24.202	-	654.916

31-DEZ-2013	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	140.816	81.485	2.016.656	1.188	2.240.145
Adições	-	-	5.000	12.374	17.374
Alienações, abates e transferências	-	-	(153.233)	(1.188)	(154.421)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	140.816	81.485	1.868.423	12.374	2.103.098
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	94.423	81.485	1.328.389	-	1.504.297
Amortização do exercício	23.295	-	146.518	-	169.813
Alienações, abates e transferências	(390)	-	(154.697)	-	(155.087)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	117.328	81.485	1.320.210	-	1.519.023
Valor líquido	23.488	-	548.213	12.374	584.075

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-DEZ-2014	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em Curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	16.867.925	91.144.133	57.516.232	43.398.838	7.546.027	4.167.209	2.379.299	223.019.663
Adições	-	1.961.238	897.590	25.939.546	105.555	99.740	69.000	29.072.669
Alienações e abates	-	(440.861)	(1.724)	(23.502.221)	(1.716)	-	-	(23.946.522)
Variações de perímetro	-	-	344	29.690	2	-	-	30.036
Transferências	(121.830)	699.480	234.878	-	-	-	(2.379.299)	(1.566.771)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	16.746.095	93.363.990	58.647.320	45.865.853	7.649.868	4.266.949	69.000	226.609.075

AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	-	58.171.836	53.041.445	26.102.086	7.275.882	3.858.400	-	148.449.649
Amortização do exercício	-	2.395.948	1.062.679	7.553.538	122.803	148.382	-	11.283.350
Alienações e abates	-	440.861	(266)	(6.851.385)	(1.711)	-	-	(6.412.501)
Variações de perímetro	-	-	344	29.690	2	-	-	30.036
Transferências	-	(1.546.921)	-	-	-	-	-	(1.546.921)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	-	59.461.724	54.104.202	26.833.929	7.396.976	4.006.782	-	151.803.613
Valor líquido	16.746.095	33.902.266	4.543.118	19.031.924	252.892	260.167	69.000	74.805.462

31-DEZ-2013	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em Curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	16.637.519	92.320.134	59.550.699	48.497.032	7.691.874	4.085.013	2.435.356	231.217.627
Adições	68.321	378.734	969.428	14.383.221	58.078	26.742	1.689.100	17.573.624
Alienações e abates	(54.560)	(328.041)	(3.003.895)	(19.481.415)	(203.925)	(104.366)	-	(23.176.202)
Transferências	216.645	(1.226.694)	-	-	-	159.820	(1.745.157)	(2.595.386)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	16.867.925	91.144.133	57.516.232	43.398.838	7.546.027	4.167.209	2.379.299	223.019.663

AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	-	57.824.400	53.876.907	25.042.359	7.343.297	3.663.815	-	147.750.778
Amortização do exercício	-	2.518.656	1.354.917	8.298.765	136.629	166.054	-	12.475.021
Alienações e abates	-	(323.924)	(2.190.379)	(7.239.038)	(204.044)	(28.676)	-	(9.986.061)
Transferências	-	(1.847.296)	-	-	-	57.207	-	(1.790.089)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	-	58.171.836	53.041.445	26.102.086	7.275.882	3.858.400	-	148.449.649
Valor líquido	16.867.925	32.972.297	4.474.787	17.296.752	270.145	308.809	2.379.299	74.570.014

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do ativo fixo tangível em curso deve-se, essencialmente, a obras nas instalações de Faro cuja conclusão ocorreu em 2014.

O valor das transferências corresponde à reclassificação para Propriedades de Investimento do edifício do Campo Alegre que era utilizado pela Caetano Auto.

O Grupo recorreu a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

A 31 de dezembro de 2014, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	DEZ-14		
	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	13.839.809	2.629.702	11.210.107

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos de imóveis ascenderam a 2.765.899 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2014 (3.246.319 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, de acordo com avaliações reportadas a 31 de dezembro de 2014, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 53 milhões de Euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, pode ser detalhado como se segue:

LOCALIZAÇÃO	DEZ-14			DEZ-13		
	Tipo de Avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor avaliação	Tipo de Avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor avaliação
Vila Nova de Gaia - Av. da República	interna	109.975	1.192.400	interna	157.957	1.192.400
Braga - Av. da Liberdade	interna	805	1.355.000	interna	1.007	1.355.000
Porto - Rua do Campo Alegre	interna/externa	999.865	2.876.500	interna	599.820	1.576.000
Viseu - Teivas	externa	2.362.971	2.232.970	externa	2.526.152	2.740.000
Óbidos - Casal do Lameiro	interna	60.404	1.400.000	externa	69.426	1.400.000
Caldas da Rainha - Pataias	interna	-	-	interna	16.911	369.000
Castro Daire - Av. João Rodrigues Cabrilho	interna	28.206	58.000	interna	29.304	58.000
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	interna	17.531	85.000	interna	17.531	85.000
Viseu - Quinta do Cano	interna/externa	1.773.883	1.609.000	interna	1.691.315	1.550.000
Amadora - Rua Elias Garcia	interna	191.393	149.000	interna	194.852	149.000
Portalegre - Zona Industrial	interna	199.241	173.000	interna	204.383	173.000
Portimão - Cabeço do Mocho	interna	424.782	410.000	interna	424.782	410.000
Vila Real de Santo António - Rua de Angola	interna	27.497	83.000	interna	28.932	83.000
Rio Maior	interna	107.000	107.000	interna	107.000	107.000
S João de Lourosa - Viseu	externa	45.190	487.030	interna	45.190	810.000
Vila Nova de Gaia - Av ^a Vasco da Gama (edifícios A e B)	interna	1.626.278	9.048.000	interna	757.476	9.048.000
Vila Nova de Gaia - Av ^a Vasco da Gama (edifícios G)	interna	1.146.993	6.003.000	interna	1.250.234	6.003.000
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	interna	6.002.898	23.828.000	interna	6.096.936	23.828.000
Lisboa - Av. Infante Santo	interna	1.229.368	1.247.000	interna	1.258.758	1.247.000
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereira	interna	614.811	802.000	interna	641.180	802.000
Leiria - Azóia	externa	355.125	797.000	externa	355.125	797.000
Outros	-	21.105	-	-	28.456	-
		17.345.321	53.942.900		16.502.727	53.782.400

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2013 e 2012.

O movimento da rubrica "Propriedades de investimento" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como se segue:

31-DEZ-2014

VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.879.302	34.996.495	44.875.797
Aumentos	-	673.680	673.680
Alienações e abates	(15.915)	(112.869)	(128.784)
Transferências	121.830	1.369.594	1.491.424
Saldo final	9.985.217	36.926.900	46.912.117

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	28.373.070	28.373.070
Aumentos	-	633.659	633.659
Alienações e abates	-	(64.398)	(64.398)
Transferências	-	624.465	624.465
Saldo final	-	29.566.796	29.566.796

31-DEZ-2013

VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.384.013	31.950.557	41.334.570
Aumentos	-	119.693	119.693
Alienações e abates	-	(49.229)	(49.229)
Transferências	495.289	2.975.474	3.470.763
Saldo final	9.879.302	34.996.495	44.875.797

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	25.331.784	25.331.784
Aumentos	-	535.142	535.142
Alienações e abates	-	(49.229)	(49.229)
Transferências	-	2.555.373	2.555.373
Saldo final	-	28.373.070	28.373.070

A transferência ocorrida em 2014 deve-se à reclassificação de Ativo Fixo Tangível para Propriedades de Investimento do edifício no Campo Alegre.

8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicago cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2014, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS BT - SUL
<i>Goodwill</i>	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	9,44%

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no business plan.

(2) Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2014, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *goodwill* (0,7 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (3,6 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

9. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os movimentos ocorridos na rubrica "Investimentos disponíveis para venda" foi como se segue:

	DEZ-14	DEZ-13
Justo valor em 1 de janeiro	3.341.376	3.181.038
Aquisições durante o ano	-	2.100
Aumento/(diminuição) no justo valor	(221.742)	158.238
Justo valor em 31 de dezembro	3.119.634	3.341.376

A 31 de dezembro de 2014, os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 3.052.897 Euros (2013: 3.274.639 Euros) correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registados ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2014 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 38.951 Euros. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 do registo dos “Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	DEZ-14	DEZ-13
Variação no justo valor	(221.742)	158.238
Efeito no capital próprio	(221.742)	158.238

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-14	DEZ-13
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	3.938.945	2.634.224
Produtos e Trabalhos em Curso	1.058.306	560.642
Produtos Acabados e Intermédios	5.503.201	668.429
Mercadorias	61.390.733	40.766.744
	71.891.185	44.630.039
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	(1.901.129)	(1.336.902)
	69.990.056	43.293.137

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi apurado como se segue:

	DEZ-14			DEZ-13		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	40.766.744	2.634.224	43.400.968	36.870.898	5.149.542	42.020.440
Compras Líquidas	216.428.307	26.437.026	242.865.333	155.046.763	15.938.933	170.985.696
Existências Finais	(61.390.733)	(3.938.945)	(65.329.678)	(40.766.744)	(2.634.224)	(43.400.968)
Total	195.804.318	25.132.305	220.936.623	151.150.917	18.454.251	169.605.168

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	DEZ-14	DEZ-13
Existências finais	6.561.507	1.229.071
Regularização de existências	-	91.961
Existências iniciais	(1.229.071)	(4.580.505)
Total	5.332.436	(3.259.473)

11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-14	DEZ-13	DEZ-14	DEZ-13
Cientes, conta corrente	57.485.724	44.132.891	108.556	521.364
Cientes cobrança duvidosa	10.346.220	10.863.083	-	-
	67.831.944	54.995.974	108.556	521.364
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	(10.338.615)	(10.634.355)	-	-
	57.493.329	44.361.619	108.556	521.364

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

Antiguidade de contas a receber

2014	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	27.939.694	1.984.371	869.256	20.467.150	51.260.471
Funcionários	108	-	-	170.679	170.787
Concessionários Independentes	5.643.983	247.642	132.215	139.182	6.163.022
Total	33.583.785	2.232.013	1.001.471	20.777.011	57.594.280

2013	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	22.710.684	1.791.177	1.002.193	13.191.687	38.695.741
Funcionários	-	1.483	-	587.690	589.173
Concessionários Independentes	5.116.939	155.514	43.191	53.697	5.369.341
Total	27.827.623	1.948.174	1.045.384	13.833.074	44.654.255

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2014	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cobrança Duvidosa	-	-	-	10.346.220	10.346.220
Total	-	-	-	10.346.220	10.346.220

2013	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cobrança Duvidosa	-	-	-	10.863.083	10.863.083
Total	-	-	-	10.863.083	10.863.083

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-14	DEZ-13	DEZ-14	DEZ-13
Adiantamentos a fornecedores	1.058.748	815.462	-	-
Outros devedores	3.358.557	5.670.563	-	-
	4.417.305	6.486.025	-	-

A rubrica "Outras dívidas de terceiros" inclui o montante de, aproximadamente, 1,4 Milhões de Euros (3,4 Milhões de Euros em 31 de dezembro de 2013) que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2014, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 863.000 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (937.500 Euros em 31 de dezembro de 2013).

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-14	DEZ-13
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS:		
Comparticipação em Frotas e Campanhas	978.000	140.707
Rappel	765.551	263.683
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	198.065	136.274
Reclamações de Garantia	186.682	249.204
Fee's a debitar	49.287	71.057
Cedência de Pessoal	33.979	34.838
Juros a receber	16.097	15.245
Outros	581.519	106.849
	2.809.180	1.017.857
GASTOS A RECONHECER:		
Rendas	113.472	67.223
Seguros	108.271	171.823
Juros	10.923	-
Outros	173.636	68.646
	406.302	307.692
Total	3.215.482	1.325.550

14. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, podem ser resumidos como se segue:

31-DEZ-2014	DEZ-13	Trans-ferência de Saldos	Outras Variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	DEZ-14
Ativos por impostos diferidos:						
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	447.048	-	-	(74.679)	-	372.369
Prejuízos fiscais reportáveis	1.758.649	-	(135.767)	(374.808)	-	1.248.074
Responsabilidades por pensões					1.100.000	1.100.000
Anulação de ativos fixos tangíveis	615.369	-	-	(204.848)	-	410.521
Anulação de gastos a reconhecer	6.793	-	-	(6.793)	-	-
Valorização de instrumentos derivados	44.033	-	-	4.414	-	48.447
	2.871.892		(135.767)	(656.714)	1.100.000	3.179.411
Passivos por impostos diferidos :						
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(902.133)	-	-	198.195	-	(703.938)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(233.602)	-	-	43.402	-	(190.200)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(44.077)	-	-	44.077	-	-
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(11.299)	-	-	6.163	-	(5.136)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	-	-	-	(898.732)
	(2.089.843)			291.837		(1.798.006)
Efeito líquido (Nota 26)				(364.877)		

31-DEZ-2013	DEZ-12	Trans-ferência de Saldos	Outras Variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	DEZ-13
Ativos por impostos diferidos:						
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	735.612	-	-	(288.564)	-	447.048
Prejuízos fiscais reportáveis	1.825.674	-	17.967	(84.992)	-	1.758.649
Anulação de ativos fixos tangíveis	686.150	-	-	(70.781)	-	615.369
Anulação de gastos a reconhecer	18.521	-	-	(11.728)	-	6.793
Valorização de instrumentos derivados	174.971	-	-	(130.938)	-	44.033
	3.440.928		17.967	(587.003)	-	2.871.892
Passivos por impostos diferidos :						
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.077.444)	-	1.165	174.146	-	(902.133)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(310.448)	-	-	76.846	-	(233.602)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(95.267)	-	-	51.190	-	(44.077)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(18.334)	-	-	7.035	-	(11.299)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(997.679)	-	-	98.947	-	(898.732)
	(2.499.172)	-	1.165	408.164	-	(2.089.843)
Efeito líquido (Nota 26)				(178.839)		

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados até 31 de dezembro de 2009: 6 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011: 4 anos
- iii) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos
- iv) Prejuízos fiscais gerados em 2014: 12 anos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO:	DEZ-14		DEZ13		Data limite de utilização
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos ativos	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos ativos	
GERADOS EM 2011					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	417.476	104.623	2.127.585	506.297	2015
GERADOS EM 2012					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	5.391.483	1.132.211	5.391.483	1.240.041	2017
GERADOS EM 2013					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	53.524	11.240	53.524	12.310	2018
GERADOS EM 2014					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	-	-	-	-	2026
	5.862.483	1.248.074	7.572.592	1.758.648	

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	TAXA DE IMPOSTO	
	DEZ-14	DEZ-13
PAÍS ORIGEM DA FILIAL:		
Portugal	22,5% - 21%	24,5% - 23%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	DEZ-14	DEZ-13
Numerário	99.349	118.683
Depósitos bancários	12.427.086	7.556.847
Equivalentes a Caixa	4.564	1.251
	12.530.999	7.676.781

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2014 no montante de, aproximadamente, 62,8 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

16. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. 60,82%
- Toyota Motor Europe NV/S.A. 27,00%

Dividendos

Durante o exercício de 2014 e de 2013 não foram distribuídos quaisquer dividendos.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 9).

Outras reservas

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

17. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como se segue:

	DEZ-14	DEZ-13
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.646.250	812.346
Varição resultante da aquisição dos restantes 50% de participação na Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A.	-	897.056
Outros	(1.970)	(80)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(13.512)	(63.072)
	1.630.768	1.646.250

Em 2013 foram adquiridos os restantes 50% dos capitais da Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A., sociedade já anteriormente controlada pelo Grupo. Esta aquisição teve um efeito nos capitais próprios consolidados antes de interesses não controlados de cerca de 900 milhares de euros.

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas é como se segue:

SUBSIDIÁRIA	% INC	Interesses Não Controlados	Resultado do exercício de Interesses Não Controlados
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	0,02%	4.037	(12)
Caetano Auto CV, S.A.	18,76%	1.070.622	(11.926)
Caetano Renting, S.A.	0,02%	519	95
Caetano - Auto, S.A.	1,60%	555.590	(1.669)
		1.630.768	(13.512)

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

RUBRICA	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV	
	2014	2013	2014	2013
Ativo Não Corrente	52.337.702	52.992.449	1.505.496	1.644.632
Ativo Corrente	52.811.859	42.465.872	4.993.138	5.031.310
Total Ativo	105.149.560	95.458.321	6.498.634	6.675.943
Passivo Não Corrente	4.844.831	5.351.876	-	-
Passivo Corrente	63.631.669	53.435.997	833.654	946.907
Capital Próprio	36.673.060	36.670.448	5.664.980	5.729.036
Vendas e Prestações de Serviços	165.213.802	141.953.959	7.722.977	6.313.132
Resultados Operacionais	270.776	(836.551)	(64.033)	(240.962)
Resultados Financeiros	(114.074)	(43.576)	(23)	(31)
Impostos	(154.091)	(1.048.799)	-	-
Resultado Líquido	2.612	(1.928.926)	(64.056)	(240.994)

RUBRICA	SALTANO		CAETANO RENTING	
	2014	2013	2014	2013
Ativo Não Corrente	21.842.211	21.484.440	8.715.820	8.048.733
Ativo Corrente	2.058.157	4.778.339	1.919.573	2.238.314
Total Ativo	23.900.368	26.262.779	10.635.393	10.287.048
Passivo Não Corrente	-	-	200.014	200.014
Passivo Corrente	3.583.248	6.259.876	7.700.779	7.708.709
Capital Próprio	20.317.120	20.002.903	2.734.601	2.378.325
Vendas e Prestações de Serviços	-	-	3.491.671	3.618.880
Resultados Operacionais	352.617	(1.432.216)	623.522	879.969
Resultados Financeiros	10	-	(287.084)	(387.176)
Impostos	(38.407)	(41.785)	19.837	10.058
Resultado Líquido	314.217	(1.474.001)	356.276	502.851

RUBRICA	CAETANO COMPONENTS		MOVICARGO	
	2014	2013	2014	2013
Ativo Não Corrente	-	-	-	340.000
Ativo Corrente	-	-	-	68.453
Total Ativo	-	-	-	408.453
Passivo Não Corrente	-	-	-	-
Passivo Corrente	-	-	-	-
Capital Próprio	-	-	-	408.453
Vendas e Prestações de Serviços	-	2.676.876	-	-
Resultados Operacionais	-	(717.812)	-	(27.774)
Resultados Financeiros	-	(7.014)	-	12.545
Impostos	-	(35.090)	-	(519)
Resultado Líquido	-	(759.916)	-	(15.748)

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Financiamentos Obtidos tem o seguinte detalhe:

	DEZ-14			DEZ-13		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	25.242.105	15.052.632	40.294.737	11.842.105	7.894.737	19.736.842
Descobertos Bancários	746.337	-	746.337	-	-	-
Outros empréstimos	272.678	-	272.678	545.356	272.678	818.034
Locação Financeira	1.507.723	8.084.600	9.592.323	1.199.385	4.968.124	6.167.509
	27.768.843	23.137.232	50.906.075	13.586.846	13.135.539	26.722.385

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respetivas condições, é como se segue:

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	2014			
	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	6.052.632	6.052.632	22-06-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	9.000.000	9.000.000	15-10-2014	
	15.052.632	15.052.632		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	746.337	7.500.000		
Subsídio reembolsável	272.678	272.678	30-01-2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	9.200.000	9.200.000	27-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	4.200.000	4.200.000	26-11-2012	5 anos
Caetano Auto	-	9.800.000	29-08-2007	7 anos
	26.261.120	47.814.783		
	41.313.752	62.867.415		

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (nota 37):

- Empréstimos - mútuo: 7.894.737
- Papel Comercial: 10.400.000

De referir que os 272.678 Euros de subsídio reembolsável dizem respeito ao programa SIME A.

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	2013			
	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	7.894.737	7.894.737	22-06-2012	5 anos
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	272.678	272.678	30-01-2009	6 anos
	8.167.415	8.167.415		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	-	7.500.000		
Subsídio reembolsável	545.356	545.356	30-01-2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal		10.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal		7.000.000	27-12-2012	5 anos
Caetano Auto		9.800.000	29-08-2007	7 anos
	12.387.461	51.687.461		
	20.554.876	59.854.876		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,00% e 6,5%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

DEZ-14	2015	TOTAL
Subsídio reembolsável:		
Amortização	272.678	272.678
	272.678	272.678

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO					TOTAL	TOTAL
			2016	2017	2018	> 2018	TOTAL		
2028278	Instalações comerciais								
	Capital	94.976	95.700	96.429	97.163	315.622	604.914	699.890	
	Juros	4.982	4.259	3.530	2.796	3.924	14.508	19.490	
559769	Instalações comerciais								
	Capital	61.115	61.473	61.833	62.195	681.221	866.721	927.836	
	Juros	5.255	4.897	4.537	4.175	20.635	34.244	39.499	
626064	Instalações comerciais								
	Capital	149.799	155.127	160.644	166.358	1.069.981	1.552.109	1.701.908	
	Juros	56.577	51.249	45.732	40.018	108.388	245.387	301.964	
Diversos	Equipamento Industrial								
	Capital	1.201.833	1.281.444	1.319.141	1.166.162	1.294.109	5.060.856	6.262.689	
	Juros	329.890	260.588	182.927	106.752	41.784	592.050	921.940	
	Total Capital	1.507.723	1.593.743	1.638.046	1.491.878	3.360.933	8.084.600	9.592.323	
	Total Juros	396.704	320.994	236.726	153.741	174.731	886.191	1.283.006	

Maturidade da dívida

As maturidades dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

	2015	2016	2017	2018	> 2019	TOTAL
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	3.842.105	3.842.105	5.526.317	16.894.737
Contas correntes caucionadas	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
Descobertos Bancários	746.337	-	-	-	-	746.337
Papel comercial	13.400.000	-	-	-	-	13.400.000
Locações Financeiras	1.507.723	1.593.743	1.638.047	1.491.878	3.360.933	9.592.323
Subsídios reembolsáveis	272.678	-	-	-	-	272.678
Total financiamentos	27.768.843	3.435.848	5.480.152	5.333.983	8.887.249	50.906.075

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ-14	DEZ-13
Acionistas	12.740	19.001
Adiantamentos de Clientes	1.094.051	1.033.267
Outros Credores	633.713	567.702
	1.740.504	1.619.970

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos a 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como se segue:

	ATIVOS CORRENTES	
	DEZ-14	DEZ-13
Estado e outros Entes Públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Retenções na Fonte, Pagamentos Especiais por Conta e Pagamentos por Conta	408.278	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 26)	588.928	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	7
Outros	-	-
	997.206	7
	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ-14	DEZ-13
Estado e outros Entes Públicos:		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	354.852	345.879
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.476.294	4.556.146
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 26)	-	458.641
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	-	(1.107.197)
Imposto Automóvel	2.209.294	-
Direitos Aduaneiros	71.802	-
Contribuições para a Segurança Social	621.468	603.097
Outros	204.742	210.557
	10.938.452	5.067.123

Apresenta-se em seguida a decomposição do imposto corrente do período (ver informação adicional na nota 26):

IMPOSTO CORRENTE	DEZ-14	DEZ-13
Insuficiência de estimativa de imposto	-	104.482
Restituição de impostos	(178)	(241.926)
Excesso de estimativa de imposto	(26.265)	(38.098)
Estimativa de imposto do ano	588.928	458.641
	562.485	283.099

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ-14	DEZ-13
Credores por Acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	4.823.433	4.587.247
Campanhas publicitárias e promoção vendas	2.327.476	1.896.855
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	1.794.121	1.570.854
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	1.467.198	1.247.227
Gastos de aprovisionamento	599.283	503.227
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	481.714	313.825
Antecipação de encargos com FSE's	429.715	605.678
Comissões a liquidar	334.601	328.089
Seguros a liquidar	277.140	239.433
Juros a liquidar	248.128	152.852
Contribuição Autárquica/IMI	119.129	89.028
Royalties	115.434	62.275
Outros	1.056.519	554.261
	14.073.891	12.150.850
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção / Assistência	1.115.374	322.145
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	641.414	743.862
Subsídio ao investimento	517.655	525.802
Juros debitados a clientes	6.994	5.472
Outros	456.101	267.636
	2.737.538	1.864.917
Total	16.811.429	14.015.767

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Em 31 de dezembro de 2014, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto de Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 2,5%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2014 e 2013 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidade 1/1/2013	29.650.534
Custos dos serviços correntes	145.782
Custos dos juros	1.284.662
(Ganhos) e perdas atuariais	616.153
Transferências (dissolução Caetano Components)	(432.684)
Pagamentos de pensões	(2.204.989)
Responsabilidade 31-DEZ-2013	29.059.458
Responsabilidade 1/1/2014	29.059.458
Custos dos serviços correntes	127.685
Custos dos juros	1.256.319
(Ganhos) e perdas atuariais	5.413.539
Pagamentos de pensões	(2.282.481)
Responsabilidade 31-DEZ-2014	33.574.520

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2014 e de 2013, foi como se segue:

RUBRICA	Plano benefício definido	Plano contribuição definido	Total
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2012	28.444.454	8.852.230	37.296.684
Contribuições	1.740.011	383.671	2.123.682
Retorno real dos ativos do plano	1.309.229	409.651	1.718.880
Pagamentos de Pensões	(2.204.989)	(8.816)	(2.213.805)
Transferências da quota-parte de outro Associado	-	13.764	13.764
Transferências para a quota-parte de outro Associado	(445.663)	(139.579)	(585.242)
Utilizações de Conta Reserva	12.177	(12.177)	-
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2013	28.855.219	9.498.744	38.353.963
Contribuições	272.431	21.982	294.413
Retorno real dos ativos do plano	2.230.827	708.805	2.939.632
Pagamentos de Pensões	(2.282.481)	(11.397)	(2.293.878)
Transferências da quota-parte de outro Associado	-	60.400	60.400
Transferências para a quota-parte de outro Associado	-	(76.261)	(76.261)
Utilizações de Conta Reserva	-	-	-
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2014	29.075.997	10.202.273	39.278.270

A 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	Peso Carteira	Valor 31-DEZ-2014	Peso Carteira	Valor 31-DEZ-2013
Ações	7,91%	2.299.985	13,6%	3.924.309
Obrigações	44,48%	12.932.664	35,4%	10.214.748
Imobiliário	39,38%	11.451.494	37,7%	10.878.417
Liquidez	4,37%	1.269.759	3,6%	1.038.788
Subscrições e resgates em processamento	0,00%	-	1%	288.552
Outros Ativos	3,86%	1.122.096	8,7%	2.510.405
Total	100%	29.075.997	100%	28.855.219

A 31 de dezembro de 2014, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, apresentam-se como se segue:

ATIVO	Peso Carteira	Valor
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	39,4%	11.451.494

De referir que a 31 de dezembro de 2014, o fundo de Pensões detinha cerca de 623.626 ações da Toyota Caetano Portugal, S.A. (623.626 ações em 31 de dezembro de 2013), cuja valorização na carteira do fundo ascendia a cerca de 567.500 Euros (486.428 Euros em 31 de dezembro de 2013).

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor da responsabilidade	33.574.520	29.059.458	29.650.534	29.686.944	29.550.745	29.035.762	28.358.503	28.258.700
Valor do fundo	29.075.997	28.855.219	28.444.454	26.541.223	28.812.418	28.901.854	28.067.165	27.916.070

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 5 milhões de euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Pensões.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

31-DEZ-2014

RUBRICAS	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras Regularizações	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	10.634.355	534.187	(59.048)	(770.879)	10.338.615
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.336.902	568.637	(4.410)	-	1.901.129
Provisões	323.424	84.900	-	(96.773)	311.551

31-DEZ-2013

RUBRICAS	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras Regularizações	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	11.878.914	362.825	(305.713)	(1.301.671)	10.634.355
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.765.086	27.777	(455.961)	-	1.336.902
Provisões	315.464	85.338	-	(77.378)	323.424

A variação ocorrida na rubrica de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber refere-se essencialmente ao write-off de imparidades de clientes.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 respeitam a:

Swaps Taxa de Juro

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (cash flow hedges), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2014 era negativo em 149.762 Euros (em 31 de dezembro de 2013 era negativo em 119.522 Euros) e compreende à data de Balanço uma exposição total de 9,7 Milhões de Euros desde 22 de dezembro de 2013 pelo prazo remanescente de 4 anos a contar desde 26 de junho de 2012.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2014 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 - inputs indiretamente observáveis no mercado).

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

Refira-se que as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados detidos pelo Grupo encontram-se reconhecidas em gastos ou rendimentos financeiros (Nota 33).

Apresenta-se em seguida quadro-resumo de instrumentos financeiros derivados detidos a 31 de dezembro de 2014 e 2013:

DERIVADO	JV 2014	JV 2013	TIPO	TAXA SWAP	TAXA A RECEBER
Swap taxa de juro BBVA	(149.762)	(119.522)	Negociação	1,10%	Euribor 3M
Total	(149.762)	(119.522)			

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhados como se segue:

	DEZ-14	DEZ-13
Imposto corrente (Nota 21)	562.485	283.099
Imposto diferido (Nota 14)	364.877	178.839
Prejuízo fiscal (RETGS)	374.808	84.992
Outros	(9.931)	93.847
	927.362	461.938

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 pode ser analisada como se segue:

	DEZ-14	DEZ-13
Resultados antes de impostos	4.887.613	459.522
Taxa nominal de imposto	24,50%	26,50%
Encargo de imposto teórico	1.197.465	121.773
Imposto Corrente do período		
Tributação autónoma	588.928	458.641
Excesso/Insuficiência estimativas de imposto	(26.265)	66.384
Restituição de Impostos	(178)	(241.926)
Outros	-	-
Total	562.485	283.099

Impostos Diferidos do período		
Prejuízos fiscais reportáveis	374.808	84.992
Perdas por imparidade e Provisões não aceites como custo fiscal	74.679	288.564
Anulação de ativos fixos tangíveis	204.848	70.781
Anulação de gastos a reconhecer	6.793	11.728
Valorização de instrumentos derivados	(4.414)	130.938
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(198.195)	(174.146)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienação de ativos fixos tangíveis	(43.402)	(76.846)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(44.077)	(51.190)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	-	(98.947)
Mais-valia Fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	(6.163)	(7.035)
Total	364.877	178.839
Encargo de imposto efetivo	927.372	461.938

27. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ-14	DEZ-13
Resultado		
Básico	3.973.763	60.656
Diluído	3.973.763	60.656
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,114	0,002

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

2014	NACIONAL											EXTERNO						Eliminações	Consolidado		
	Veículos Automóveis			Equipamento Industrial			Outros		Veículos Automóveis			Equipamento Industrial			Veículos Automóveis Indústria	Comércio	Máquinas			Serviços	Aluguer
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer								
RÉDITO																					
Volume de negócios	13.364.282	325.237.056	14.873.476	8.577.660	12.316.720	2.024.771	10.877.139	-	-	10.850.627	13.329.934	88.040	11.432	12.900	129.946.977					281.557.060	
RESULTADOS																					
Resultados operacionais	(1.304.760)	3.310.268	24.277	459.589	306.608	1.278.832	2.169.899	(4.684)		(1.014.367)	198.682	910	8.824	5.456	791.102					6.230.636	
Resultados financeiros	319	(222.280)	(10.227)	(2.111,3)	2.139	(421)	(895,701)	10		(117)	(5.260)	(376)	5	(1)	-					(1.343.023)	
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	(1.304.442)	2.854.755	234	263.127	272.914	1.130.037	1.141.708	(43.080)		(1.014.484)	162.362	472	7.805	4.821	484.022					3.960.251	
OUTRAS INFORMAÇÕES																					
Ativos	43.354.723	247.800.305	9.427.278	7.854.762	14.816.630	2.195.506	19.862.771	23.543.072		-	7.408.814	-	-	-	(12.779.187)					248.469.674	
Passivos	7.894.006	138.911.531	6.139.322	5.835.125	4.440.385	659.257	10.459.289	3.583.249		-	1.426.390	-	-	-	(60.113.120)					119.235.434	
Dispendios de capital fixo	1.360.340	3.064.697	217.071	3.528.720	71.267	51.367	3.508.877	-		-	37.666	-	-	-	(72.423)					11.767.582	
Depreciações	1.271.572	3.406.308	210.913	2.755.334	66.618	48.015	3.404.442	-		-	176.207	-	-	-	121.884					11.461.293	
2013																					
RÉDITO																					
Volume de negócios	13.587.096	259.453.944	15.062.609	4.910.397	6.881.655	1.957.877	10.633.901	-		11.231.634	14.449.324	378.144	14.859	6.740	(105.975.902)					232.592.276	
RESULTADOS																					
Resultados operacionais	(2.066.895)	2.478.086	(88.766)	642.530	61.291	1.273.898	2.226.936	(3.746)		(1.962.680)	(51.132)	7.946	9.432	1.422	(324.901)					2.203.422	
Resultados financeiros	(15.761)	(120.465)	(4.624)	(282.037)	19.278	(6.549)	(1.276.291)	-		(32.006)	(23.068)	(2.451)	(18)	(24)	114					(1.743.901)	
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	(2.117.746)	1.073.412	(204.677)	367.783	69.094	1.122.424	859.833	(1.474.001)		(1.994.685)	(124.524)	4.866	8.338	1.124	2.406.343					(2.417)	
OUTRAS INFORMAÇÕES																					
Ativos	32.217.602	206.548.394	10.128.998	7.525.230	3.058.085	407.628	32.662.269	26.262.779		-	9.210.454	-	-	-	(125.874.875)					202.146.564	
Passivos	9.709.601	89.441.743	6.237.929	5.785.478	813.523	125.653	10.936.788	6.259.875		-	2.484.488	-	-	-	(59.044.509)					72.750.568	
Dispendios de capital fixo	(613.559)	6.423.728	693.195	1.663.205	59.699	15.320	1.093.298	-		-	199.388	-	-	-	(49.029.965)					4.631.309	
Depreciações	1.551.136	3.636.229	277.694	2.816.023	125.021	32.084	3.667.678	-		-	243.176	-	-	-	295.793					12.644.834	

A linha "Volume de negócios" inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 9.917.140 Euros (8.964.064 Euros em 2013) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros rendimentos Operacionais (nota 32).

A coluna "Eliminações" inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento "Veículos Automóveis".

29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi como se segue:

MERCADO	DEZ-14		DEZ-13	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	251.841.951	92,71%	199.131.136	89,33%
Bélgica	10.087.444	3,71%	10.438.105	4,68%
PALOP's	8.936.721	3,29%	8.717.069	3,91%
Alemanha	2.918	0,01%	232.612	0,10%
Reino Unido	248.166	0,09%	205.610	0,09%
Espanha	51.199	0,02%	36.554	0,02%
Outros Mercados	471.521	0,17%	4.159.105	1,87%
	271.639.920	100,00%	222.923.191	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por atividade é como se segue:

ATIVIDADE	DEZ-14		DEZ-13	
	VALOR	%	VALOR	%
Veículos	199.715.450	73,52%	156.485.712	70,20%
Peças	50.778.769	18,69%	47.417.959	21,27%
Reparações	17.212.517	6,34%	17.838.108	8,00%
Outros	3.933.184	1,45%	1.181.412	0,53%
	271.639.920	100,00%	222.923.191	100,00%

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	DEZ-14	DEZ-13
SUBCONTRATOS	1.756.744	1.957.943
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	14.941.310	14.316.169
Trabalhos especializados	4.581.772	5.438.905
Publicidade e propaganda	7.286.647	6.140.207
Vigilância e segurança	421.811	504.581
Honorários	804.153	798.281
Comissões	455.617	148.191
Conservação e reparação	1.391.310	1.286.004
MATERIAIS	665.011	508.298
ENERGIA E FLUIDOS	2.946.786	2.904.279
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	2.196.529	1.729.426
Deslocações e estadas	1.255.308	964.392
Transportes de pessoal	91.787	91.587
Transportes de mercadorias	849.434	673.447
SERVIÇOS DIVERSOS	10.940.914	10.167.466
Rendas e alugueres	2.220.974	2.282.467
Comunicação	739.427	695.527
Seguros	1.095.682	1.092.622
Royalties	299.027	282.284
Contencioso e notariado	26.895	26.010
Limpeza, higiene e conforto	572.228	567.408
Outros serviços	5.986.681	5.221.148
	33.447.294	31.583.581

31. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	DEZ-14	DEZ-13
Remunerações dos órgãos sociais	550.505	357.223
Remunerações do pessoal	24.866.774	23.705.543
Pensões	491.833	766.335
Indemnizações	229.264	891.021
Encargos sobre remunerações	5.972.644	6.106.682
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	346.424	315.155
Outros gastos com o pessoal	3.381.037	2.782.691
	35.838.481	34.924.650

Durante os exercícios findos em dezembro de 2014 e 2013, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	DEZ-14	DEZ-13
Empregados	1.042	1.054
Assalariados	450	424
	1.492	1.478

32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros rendimentos operacionais" tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ-14	DEZ-13
Aluguer de equipamento	9.911.140	8.958.064
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	10.314.914	9.528.669
Rendas cobradas	2.765.899	3.246.319
Serviços prestados	1.810.834	1.745.635
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	2.022.259	1.626.022
Subsídios à exploração	2.111.253	2.056.696
Recuperação de despesas	1.285.562	2.567.324
Trabalhos para a própria empresa	2.387.764	1.693.664
Mais-valias na alienação de ativo fixo tangível	344.648	1.274.484
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	2.355.039	1.671.653
Correções relativas a exercícios anteriores	249.227	187.098
Mais-valias na alienação de imobilizado financeiro	11.084	-
	35.569.623	34.555.626

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica “Serviços Prestados” se refere essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica “Recuperação de despesas” inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	DEZ-14	DEZ-13
Impostos	1.231.263	1.071.876
Dívidas incobráveis	372.989	240.212
Perdas em Inventários	15.471	521.003
Descontos pronto pagamento concedidos	11.561	3.854
Perdas nos restantes investimentos financeiros	11.047	23
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	8.244	94.085
Outros	1.219.151	1.077.228
Correções relativas a exercícios anteriores	75.710	132.615
Donativos	2.393	7.159
Quotizações	14.931	18.278
Multas e penalidades	94.339	37.541
Outros não especificados	1.031.778	881.635
	2.869.726	3.008.281

33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS	DEZ-14	DEZ-13
Juros suportados	1.235.618	2.043.620
Outros gastos e perdas financeiros	291.908	575.061
	1.527.526	2.618.681
RENDIMENTOS E GANHOS	DEZ-14	DEZ-13
Juros obtidos	184.503	389.695
Outros ganhos e rendimentos financeiros	-	485.085
	184.503	874.780

A rubrica de outros ganhos e rendimentos financeiros inclui, em 31 de dezembro de 2013, variações de justo valor de derivados no valor de 485.085 Euros.

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de dezembro de 2014 e 2013:

DESCRIÇÃO	NOTAS	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ-14	DEZ-13	DEZ-14	DEZ-13
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	149.762	119.522
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3.119.634	3.341.376	-	-
Clientes	11	57.601.885	44.882.983	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - corrente	12	4.417.305	6.486.025	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - não corrente	12	-	-	-	-
Empréstimos Bancários	18	-	-	40.294.737	19.736.842
Locações Financeiras	18	-	-	9.592.323	6.167.509
Descobertos Bancários	18	-	-	746.337	-
Outros Empréstimos	18	-	-	272.678	818.034
Dívidas a Terceiros	20	-	-	1.740.504	1.619.970
Estado e Outros Entes Públicos	21	997.206	7	10.938.452	5.067.123
Fornecedores	19	-	-	31.579.655	22.792.534
Caixa e Equivalentes a Caixa	15	12.530.999	7.676.781	-	-
		78.667.029	62.387.172	95.314.448	56.321.534

Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

DESCRIÇÃO	NOTAS	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ-14	DEZ-13	DEZ-14	DEZ-13
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	(149.762)	(119.522)
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3.119.634	3.341.376	-	-
		3.119.634	3.341.376	(149.762)	(119.522)

Classificação e Mensuração

DESCRIÇÃO	ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA		INSTRUMENTOS DERIVADOS		NÍVEL
	ao justo valor	ao custo	cobertura de fluxos de caixa	negociação	
Fundo Cifomóvel	3.052.897	-	-	-	1)
Diversos	-	66.737	-	-	3)
Swap taxa juro	-	-	-	(149.762)	2)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.052.897 Euros (3.274.639 Euros em 2013);
- b) nível 2 - *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivado de negociação (*swaps* e *forward*): - 149.762 Euros (-119.522 Euros em 2013);
- c) nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

Impacto na Demonstração de Resultados Consolidada e no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Db/(Cr)			
	IMPACTO EM CAP. PRÓPRIO		IMPACTO EM RESULTADOS	
	DEZ-14	DEZ-13	DEZ-14	DEZ-13
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	30.240	(485.085)
Investimentos Disponíveis para Venda	(221.742)	158.238	-	-
	(221.742)	158.238	30.240	(485.085)

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Durante o período de 2014, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascenderam a cerca de 7,9 milhões de Euros (2013: 9,12 milhões de Euros). Do referido montante, 2,1 milhões referem-se a pagamentos com maturidade de um ano, 4,7 milhões respeitam a pagamentos a ocorrer no período entre dois a cinco anos e 1,2 milhões referem-se a pagamentos de maturidade superior a cinco anos.

PAGAMENTOS MÍNIMOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	DEZ-14	DEZ-13
Não mais de um ano	2.102.409	1.652.476
Mais de um ano e não mais de cinco	4.657.637	5.168.222
Mais de cinco	1.177.016	2.295.528
	7.937.062	9.116.226

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgados nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

EMPRESAS RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		A. F. TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Amorim Brito & Sardinha Lda.	296	-	-	-	-	-	-	-	-	1.441
Auto Partner Imobiliária, S.A.	-	25.507	-	-	-	-	-	280.853	-	-
Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	280.378	194.877	3.512.755	403.575	-	22.672	(4.667)	151.205	244.801	127.805
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	117.584	31.372	86.054	14.878	-	-	5.824	133.779	-	-
Caetano Active (Sul),Lda.	148	219	2.149	24.528	-	-	(468)	11.476	-	1.058
Caetano Aeronautic, S.A.	96.083	-	2.720	-	37.885	-	22.154	-	-	106.342
Caetano City e Active (Norte) S.A.	14.386	(7.849)	38.623	18.974	-	-	14.268	(737)	-	23.878
Caetano Drive Sport e Urban, S.A.	204.743	460.405	75.483	60.866	1.206.214	1.075.838	22.548	350.872	-	248.981
Caetano Equipamentos	70	-	-	-	-	-	-	-	-	70
Caetano Fórmula, S.A.	37.821	100.274	27.417	290.546	105.233	130.704	14.044	(15.621)	1.244	121.565
Caetano Fórmula East África, S.A.	-	-	360	-	-	-	-	-	-	563
Caetano Fórmula Moçambique, S.A.	105	-	-	-	-	-	-	-	-	105
Caetano Motors , S.A.	26.542	15.840	15.467	126	-	-	(3.621)	42.093	-	167.885
Caetano Move Africa	44	-	-	-	-	-	-	-	-	36
Caetano One CV, Lda.	74.290	2.307	37.626	1.888	-	-	7.333	412	-	25.194
Caetano Parts, Lda.	88.831	825.671	1.623.917	5.376.504	-	-	2.077	35.985	-	209.465
Caetano Power, S.A.	144.120	830	603	23.372	4.660.721	4.778.002	29.065	967	-	172.459
Caetano Retail S.G.P.S., S.A.	5.618	1.970	980	-	-	-	167	17.132	-	53.154
Caetano Spain, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	370.427
Caetano Star, S.A.	33.745	47.661	33.583	119.201	-	-	10.390	40.383	-	4.541
Caetano Technik, S.A.	16.023	93.918	5.025	4.389	-	8.247	(1.081)	43.006	-	166.654
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias S.A.	10.068.981	1.125	189.094	68.036	-	15.000	65.058	127.803	2.736.419	980.433
Caetsu Publicidade, S.A.	4.078	400.624	-	400	-	-	39.902	2.747.758	600	1.774
Carplus-Comércio de Automóveis, S.A.	53.588	555	102.601	50.643	-	-	44.288	-	-	211.960
Central Solar de Castanhos, S.A.	151	-	-	-	-	-	-	-	-	151
Cociga - Construções Cívicas de Gaia, S.A.	5.069	252.083	425	-	215.580	-	-	186.647	-	11.109
Cobus Industries, Gmbh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	440
Dicuore - Decoração S.A.	62	-	-	-	-	-	50	-	-	-
Finlog - Aluguer e Comércio Auto, S.A.	132.325	79.415	814.607	43.235	-	-	154.738	1.085.547	32.114	11.601
Fundação Salvador Caetano	245.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	39.687	-	-	-	-	-	-	-	-	207
Guérin Rent-a-Car, S.L. (Sociedad Unipersonal)	-	-	-	-	-	-	-	50	-	14.838
Guérin-Rent-a-Car(Dois), Lda.	51.660	115.053	-	-	-	-	106.752	3.557	-	612
Ibericar Auto Nipon, S.L.	16.299	-	-	-	-	-	-	-	1.530	-

Ibericar Motors Cádiz, S.L.	302.389	219.147	-	267.307	-	-	2.530	65.722	149.037	303.563
Island Rent, Aluguer de Automóveis, S.A.	218	-	-	-	-	-	-	-	1.816	-
Lavorauto-Administração e Consultoria de Empresas, S.A.	-	150.000	-	-	-	-	-	28.047	-	-
Lidera Soluciones, S.L.	-	26.450	-	-	-	-	-	51.304	-	-
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	147.089	168.687	168.866	112.219	-	-	35.489	546.620	1.450	34.410
Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	841	-	-	-	-	-	-	-	-	1.454
MDS Auto - Mediação de Seguros S.A.	13.043	33.591	-	-	-	-	-	-	44.194	162.963
Oeste Mar, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	457
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	191.470	(11.995)	80.107	30.312	-	-	18.314	12.290	-	78.403
PV Loiral - Produção de Energia, Lda.	151	-	-	-	-	-	-	-	-	151
Rarcon - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	194	37.441	-	-	-	-	-	118.311	-	522
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	86.399	924.751	521	-	1.211	-	123.341	3.604.344	25.476	204.467
Robert Hudson Ltd.	6.795	-	4.639	-	-	-	-	-	-	39.392
Salvador Caetano Auto Africa, S.G.P.S., S.A.	-	(811.923)	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvador Caetano Equipamentos S.A.	-	-	802	-	-	-	-	-	-	62
Searas Morenas, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	826
Simoga - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	1.036	-	-	-	-	-	-	-	-	485
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, Lda.	75	-	-	-	-	-	-	-	-	728
VAS Africa, S.G.P.S., S.A.	235	-	-	-	-	-	-	-	-	4.031
VAS Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	(35.854)	(15.794)	24.926	6.988	-	-	-	-	-	213.158
	12.472.307	3.362.211	6.849.349	6.917.987	6.226.843	6.030.464	708.497	9.669.804	3.238.680	4.079.822

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	DEZ-14	DEZ-13
Por Créditos Abertos	110.504	73.194
Por Fianças Prestadas	7.511.119	4.000.000
	7.621.623	4.073.194

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2014, relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 milhões de Euros refere-se à caução prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira, que não existe a 31 de dezembro de 2013.

Na sequência de financiamentos contratados em 2012, no valor de 29,9 milhões de Euros, dos quais encontram-se, a esta data, por amortizar cerca de 7,9 milhões de Euros (ver detalhe nota 18), o Grupo concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 37,8 milhões de Euros.

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

Caetano - Auto, S.A.

A Empresa regista no seu Ativo, na rubrica de Setor Público Estatal, o valor de juros pagos à Administração Fiscal, no montante de 24.041,71 Euros, com os quais não concorda por os entender indevidos e, por isso, procedeu à necessária impugnação judicial, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

Processos Judiciais em Curso:

Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência:

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão. Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2013, a empresa notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indiretos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão responsabilidades para as empresas decorrentes do desfecho deste processo.

Impugnação Judicial de despedimento coletivo:

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que o processo de despedimento coletivo ocorrido em 2012 se encontra sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não se espera que advenham quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

Veículos em fim de vida:

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. O Grupo e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." - empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV - a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Informação relativa à área ambiental

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2014.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	DEZ-14	DEZ-13
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	550.505	550.505
Remuneração variável	-	-

39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados - S.R.O.C., Lda. no exercício de 2014 foi como segue:

	DEZ-14
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	59.525
Honorários referentes apoio verificação doc. Projetos Investimento	-
	59.525

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2014, até à presente data e em termos de factos relevantes é de manifestar a convicção do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal que do sinistro ocorrido em 3 de março de 2015, originado num incêndio, o qual destruiu integralmente um dos imóveis de nossa propriedade e situado no denominado Polo Industrial do Carregado, não resultarão impactos económico-financeiros significativos para esta Empresa, face à adequada cobertura das apólices de seguro existentes para este tipo de ativos e sinistros.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de abril de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Daniele Schillaci

Takeshi Numa

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



05

PARECERES

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2014 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação, por amostragem, dos respetivos registos.
3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.
7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
 - b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 8 de abril de 2015

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
Alberto Luís Lema Mandim
Takao Gonno

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 8 de abril de 2015

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
Alberto Luís Lema Mandim
Takao Gonno

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 229.640.528 euros e um total de capital próprio de 128.897.845 euros, incluindo um resultado líquido de 3.753.725 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

8 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 248.469.674 euros e um total de capital próprio de 129.234.240 euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.630.768 euros e um resultado líquido de 3.973.763 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do

princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

8 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a. Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2014:

Analizados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2014, tendo assim sido cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 24 de abril de 2014.

b. Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2015:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2015, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais até ao terminus do mandato que agora se inicia e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2014, ao não ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 2% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2015, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2014.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luis Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça



06

GOVERNO
SOCIETÁRIO

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I - ESTRUTURA DO CAPITAL

1. Estrutura do Capital

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações

A Sociedade não adota quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Não aplicável.

4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 6 da Parte I.

5. Renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista

Não aplicável.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Esta sociedade tem conhecimento de um acordo parassocial instituído paralelamente ao contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/S.A., o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar. Tal acordo tem a natureza de mero "compromisso de honra" pois do mesmo não constam cláusulas penalizantes em caso de incumprimento.

II - PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas de imputação

Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL COM DIREITO DE VOTO
Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A.	21.288.281	60,824%
Toyota Motor Europe NV/SA diretamente	9.450.000	27,000%
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de) diretamente	1.399.255	3,998%

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 17 e 31 da Parte I.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Dentro das competências do Conselho de Administração descrita no ponto 21 da Parte I não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Durante o exercício de 2014 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias-gerais.

11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da mesa da assembleia geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

José Lourenço Abreu Teixeira - Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva - Vice-Presidente

Maria Olívia Almeida Madureira - Secretário

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta - Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 28 abril 2011 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 31 dezembro 2014.

A informação infra abrange os pontos 12 a 14 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.

Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respetivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto exceto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- f) Emissão de obrigações;

- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia Geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição a declaração de voto tem de ser rececionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

Cumpre-nos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- d) Por eleição de novo administrador.

A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

Substituição de membro cessante

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

Novo membro

- d) Por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.

A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração

Conselho de Administração eleito em 2011 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2014, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	Função		Independência	Nº ações	Data primeira designação
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	0	29/01/10
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	0	30/03/89
Salvador Acácio Martins Caetano	Vogal	Executivo	Não	0	30/03/89
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	0	23/04/10
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	Vogal	Executivo	Não	0	23/04/10
Daniele Schillaci	Vogal	Não executivo	Não	0	06/02/12
Takeshi Numa	Vogal	Não Executivo	Não	0	30/08/12
Yoich Sato	Vogal	Não Executivo	Não	0	24/04/14

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

No ponto 17 da Parte I, encontram-se discriminados os administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que são considerados independentes.

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 61% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., e que sobre ela exerce uma influência dominante.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A.

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º n.º5 do Código das Sociedades Comerciais.

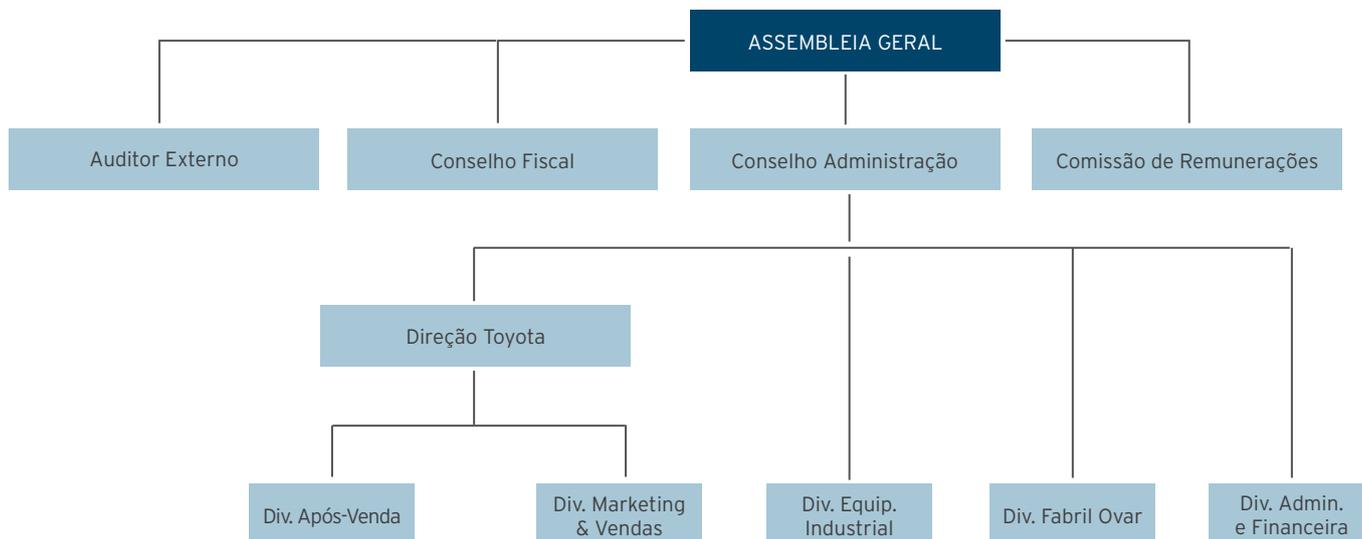
19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros executivos do Conselho de Administração.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Atualmente nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa. Todavia, refira-se que o processo de partilha de património do Sr. Salvador Fernandes Caetano encontra-se ainda em curso.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo Informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade



Funcionamento

Conselho de Administração

O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organograma acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal, quer no estrangeiro;
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraíndo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- Constituir mandatários da Sociedade;

- h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- i) Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

No âmbito da sua função de fiscalização o Conselho Fiscal supervisiona o processo de auditoria interna tendo acesso a todos os relatórios preparados os quais incluem, entre outras, matérias relacionadas com prestação de contas.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

22. Regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2014 o Conselho de Administração reuniu quatro vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração, tendo estado presente todos os seus membros.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, esta têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados Líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus - Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusilectra - Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda.	Gerente
	Movicargo - Serviços Aduaneiros, Lda.	Gerente
	Crustacil - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr ^a Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Empreendigaia, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga - Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Simoga - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vice-Pres. do Cons. Adm.
	Rarcon - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano-Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano-Auto, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Tovicar - Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Star, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispava - Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. e Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Empreendigaia, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Com. Int. e participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga - Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Simoga - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Gerente
Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Engº Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Salvador Caetano Capital (S.G.P.S.), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Globalwatt, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	VAS, Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula East África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula West África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Move África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Sol Green Watt, S.L.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Ibericar, Sociedad Iberica del Automóvil, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Lidera Soluciones, S.L.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Auto, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Barcelona Premium, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	Dicuore - Decoração, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	HDICUORE Design, Lda.	Gerente
	Guerin - Rent - a - Car (Dois) LDA.	Gerente
	Robert Hudson, Limitada	Gerente
	Ibericar Holding Andalucia, S.L.U.	Gerente
Ibericar Centro Auto, S.L.	Gerente	
Tardes Solarengas - Energias Renováveis, Lda.	Gerente	
Simba Caetano Fórmula, Limited	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Spain, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria (S.G.P.S.), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula East África, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Move África, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano One CV, Lda.	Gerente
	Simba Caetano Fórmula, Ltd	Gerente
	Cabo Verde Rent-A-Car, Lda.	Gerente

Cumpra informar que os administradores executivos apenas exercem funções em órgãos de administração de empresas subsidiárias e participadas, direta ou indiretamente pelo que a sua disponibilidade é total.

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

Comissões no seio do órgão de administração

A informação prevista nos pontos 27 a 29 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Considerando a composição do órgão de administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da empresa, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de comissões especializadas.

III.FISCALIZAÇÃO

Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O órgão de fiscalização adotado de acordo com o modelo latino de governação da sociedade foi o Conselho Fiscal.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 2011 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2014, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	Função	Independência	Nº ações	Data primeira designação
José Domingos da Silva Fernandes	Presidente	Sim	0	2011-04-28
Alberto Luis Lema Mandim	Vogal	Sim	0	2012-04-27
Maria Lívia Fernandes Alves	Suplente	Sim	0	2012-04-27
Takao Gonno	Suplente	Sim	0	2013-04-24

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no nº1 do art.º 414-A e nº 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho Fiscal procede a respetiva autoavaliação.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

Funcionamento

34. Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamentos de funcionamento dos órgãos de fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas

Nos termos dos artigos 420.º, número 1, alíneas c), d), e) e f) e 446.º, número 3 do Código das Sociedades Comerciais, ao Revisor Oficial de Contas compete verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto também o Revisor Oficial de Contas passou a dever atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos exigidos nos termos legais, designadamente, no que respeita às participações qualificadas no capital social da Sociedade, à identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição de tais direitos, a eventuais restrições em matéria de direito de voto, às regras aplicáveis à nomeação e substituição de administradores e à alteração dos Estatutos da Sociedade, aos poderes e deliberações do órgão de administração, e aos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reuniu duas vezes durante o ano 2014, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, tendo estado presente todos os seus membros.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daquele órgão

Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades

Caetano - Baviera - Comércio de automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

Revisor Oficial de Contas nas sociedades

Multiponto, S.A.

Summertime - Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia - Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, S.G.P.S., S.A.

Poliedro, S.G.P.S., S.A.

ONIRAM - Sociedade Construtora de Máquinas Industriais, Lda.

Alberto Luis Lema Mandim

Vogal do Conselho Fiscal nas sociedades

Caetano Auto S.A.

Fundação Salvador Caetano

Maria Livia Fernandes Alves

Membro do Conselho Fiscal na sociedade

Caetano Auto S.A.

Takao Gonno: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

Competências e funções

37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

É competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o primeiro destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa, a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

38. Outras funções do órgão de fiscalização

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 21 da Parte I.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., registo na CMVM nº 9077.

40. Número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

41. Outros serviços prestados pelo revisor oficial de contas à sociedade

Os outros serviços prestados pelo revisor oficial compreendem a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam pôr em causa a sua independência.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

A Empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. é o auditor externo da sociedade e o sócio Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, registo na CMVM nº 9077.

43. Número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O auditor externo exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

45. Órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Os trabalhos, que não revisão de contas, prestados pelo auditor externo à Empresa foram essencialmente serviços de garantia de fiabilidade.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

47. Montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 63.675 Euros, distribuídas da seguinte forma:

PELA SOCIEDADE	€	%
Valor dos serviços de revisão de contas	29.500	46%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	4.150	7%
POR ENTIDADES QUE INTEGREM O GRUPO		
Valor dos serviços de revisão de contas	30.025	47%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado (Ponto 57 Parte I). Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

A informação infra abrange os pontos 50 a 55 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

A Empresa produz informação financeira com regularidade, sendo que toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sistemas informáticos.

O Conselho de Administração da Empresa delega competências nos diretores responsáveis por cada uma das divisões da empresa com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da informação financeira desenvolvida sujeita a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

O principal risco financeiro que a Toyota Caetano enfrenta, prende-se com o risco de crédito sobre clientes, isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. De forma a mitigar este risco, a Toyota Caetano implementou procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito e possui seguros de crédito sempre que necessário.

Os riscos económicos em que a Toyota Caetano incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O risco da taxa de juro advém da proporção relevante de dívida a taxa variável incluída na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiária a operar em Cabo Verde. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. De referir que o Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco cambial inerente a transações futuras em moeda estrangeira.

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no curto prazo.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

(i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;

(ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e

(iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

57. Representante para as relações com o mercado

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes
 Telefone: 227867203
 E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt

58. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

O representante para as relações com o mercado recebe chamadas diariamente, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato, quando a informação é pública.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço

A página da Internet da Empresa, www.toyotacaetano.pt, encontra-se disponível em português e inglês, de acordo com a recomendação VI.1 da CMVM.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do código das sociedades comerciais

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores”, encontramos um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores”, encontramos um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação relativo a “estatutos”.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do gabinete de apoio ao investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores”, encontramos um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a composição dos órgãos sociais.

Também na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores” encontramos um separador relativo a “Apoio ao Investidor”, onde se encontra publicada informação sobre a identidade do representante para as relações como o mercado, com os investidores, bem como os contactos.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores”, encontramos um separador relativo a “Relatórios e Contas”, onde se encontra divulgado os documentos de prestação de contas que permanecem acessíveis durante cinco anos

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores”, encontramos um separador relativo a “Calendários e Eventos” onde se encontra disponível o calendário de eventos societários.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores”, encontramos um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos a divulgação da convocatória, propostas de deliberação e ata da assembleia geral.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “investidores”, encontramos um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos um acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 7 anos antecedentes.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luis Lema Mandim
- Francelim Costa da Silva Graça
- Maria Conceição Monteiro Silva

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado neste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

Conforme declaração da Comissão de Remunerações anexa (Anexo II), existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da sociedade.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não houve diferimento do pagamento da componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações

Não há atribuição de remuneração variável em ações e tendo em conta o modelo de remunerações os membros do órgão de administração da empresa não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração para a atribuição de remuneração variável em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

Não há atribuição de remuneração variável em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008 procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social à data de reforma (65 anos) para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;

- um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange os membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

A informação infra abrange os pontos 77 a 81 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2014, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	Empresa	Empresas Grupo Toyota	Empresa	Empresas Grupo Toyota	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
José Reis da Silva Ramos	152.618	0	0	0	152.618
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	112.175	285.712	0	0	397.887
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	0	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	82.390	0	0	0	82.390
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
Daniele Schillaci	0	0	0	0	0
Takeshi Numa	0	0	0	0	0
Yoich Sato	0	0	0	0	0
CONSELHO FISCAL					
José Domingos da Silva Fernandes	4.950	0	0	0	4.950
Alberto Luis Lema Mandim	3.500	0	0	0	3.500
Maria Livia Fernandes Alves	0	0	0	0	0
Takao Gonno	0	0	0	0	0
Total	355.633	285.712	0	0	641.345

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não ocorreu cessação de funções de nenhum administrador executivo pelo que não houve lugar a qualquer pagamento ou é devido qualquer pagamento de indemnizações.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2014. Em 2014 o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

A informação prevista nos pontos 83 e 84 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Não existem acordos para o pagamento de qualquer compensação, além da legalmente devida, se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do administrador bem como que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

A informação prevista nos pontos 85 a 87 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade, uma vez que a Sociedade não adotou quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

A informação infra abrange os pontos 89 a 91 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

Durante o exercício de 2014 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 36 às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2014.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 de 18 julho.

O Relatório encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.

2. Análise do cumprimento do Código de governo das sociedades adotado

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Sim	Ponto 12
I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	Ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	Ponto 12
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não	Ponto 12
I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	Ponto 12
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	Ponto 21
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Ponto 21

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
<p>II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.</p>	Sim	Ponto 50
<p>II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	Não	Ponto 17
<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float.</p> <p>A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Não	Ponto 18
<p>II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Sim	Ponto 21
<p>II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	Sim	Ponto 21

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não	Ponto 18
II.2. FISCALIZAÇÃO		
II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	Ponto 32
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Sim	Ponto 21
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	Ponto 45
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	Ponto 21
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Sim	Ponto 21
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Sim	Ponto 68
II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	Ponto 68
II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Não	Ponto 69
II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
III.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Sim	Ponto 76
III. REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	Ponto 70
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	Ponto 77
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não	Ponto 69
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não	Ponto 72
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Não aplicável	Ponto 73
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não aplicável	
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	Ponto 45
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	Ponto 47
IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	Ponto 44

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	Ponto 89
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	Ponto 89
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	Ponto 59 a 65
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	Ponto 56

Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

- I.2. Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito nos pontos 12 a 14 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.
- I.4. Como referido nos pontos 12 a 14 a cada grupo de cem ações corresponde um voto, não estando contemplado nos estatutos da Empresa o dever de sujeitar de cinco em cinco anos à alteração da norma estatutária em Assembleia Geral.
- II.1.6. O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros, dos quais dois são não executivos (ver ponto 17 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando, o número de não executivos, 29% do total dos administradores.
- II.1.7. Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.
- II.1.10. O presidente do conselho de administração exerce funções executivas e como referido no ponto 18 nenhum membro não executivo é independente.
- II.3.3.A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela Comissão de Remunerações tal como descrita no ponto 69 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.
- III.3. Não estão fixados limites máximos para as componentes fixa e variável da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.
- III.4. Conforme descrito no Ponto 72 a remuneração variável não depende de uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.
- V.2. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

ANEXO I

CURRICULUM VITAE

Nome: José Reis da Silva Ramos

Data e local de nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova de Gaia

Estado civil: Casado

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia Metalúrgica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Data e local de nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia

Estado civil: Casada

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciada em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Salvador Acácio Martins Caetano

Data e local de nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia

Estado civil: Casado

Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova De Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Miguel Pedro Caetano Ramos

Data e local de nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia

Estado civil: Casado

Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 P04 B, Torremolinos - Malaga - Espanha

Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Rui Manuel Machado Noronha Mendes

Data e local de nascimento: 8 de agosto de 1954, em Leça da Palmeira - Matosinhos.

Estado civil: Casado

Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 - 6º Esq. - Matosinhos

Habilitações: Licenciado em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: José Domingos Silva Fernandes

Data e Local de Nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita - Porto.

Estado Civil: Casado

Domicílio Profissional: Rua Cunha Júnior, 41 - B, 1º Sala 4 4250-186 Porto

Habilitações:

- 1970 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1975 Licenciatura em Economia - Universidade do Porto

Experiência Profissional:

- 1975 - 1993 Técnico da Inspeção Geral de Finanças
- 1987 - 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- Desde 1982 Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.
- 2001 - 2005 Presidente do Conselho disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Exerceu as funções de Presidente do Conselho Fiscal LPFP - Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Atualmente

1) exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras entidades:

Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

2) exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades:

Multiponto, S.A.

Summertime - Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia - Sociedade Imobiliária, S.A.

Bds, S.G.P.S., S.A.

Poliedro, S.G.P.S., S.A.

Oniram - Sociedade Construtora de Máquinas Industriais, Lda.

Nome: Maria Lívia Fernandes Alves

Data e Local de Nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine - Vila Nova de Famalicão.

Estado Civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209 Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio

Nome: Alberto Luis Lema Mandim

Data e Local de Nascimento: 5 de julho de 1939 em Ermesinde-Valongo

Estado Civil: Casado

Residência: Rua da Boavista Nº 53, 4445-349 Ermesinde

Habilitações:

- 1964 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1966 Técnico Oficial de Contas; Membro nº 3927 da OTOC
- 1968 Programação em Fortran (EDP)
- 1981 Programação em RPG (IBM)
- 1990 Análise de Sistemas Informação (IBM)
- 2008 Avaliação de Empresas (CTOC)

Experiência Profissional:

- 1961 - 1964 Empregado Bancário Banco Espírito Santo
- 1964 - 1966 Responsável pela Contabilidade e Pessoal MOTO MECA RL
- 1966 - 1979 Dir. Administ. e Financeiro SOC. CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A.
- 1979 - 1999 Diretor da Divisão Administrativa e Adjunto da Administração TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.
- 2000 - 2005 Adjunto da Administração e Administrador RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.
- 2005 - 2007 Administrador INFORAUTO - CONSULTORIA E INFORMÁTICA DE GESTÃO,S.A.
- 2003 - 2012 Vice-Presidente Conselho de Administração SALVADOR CAETANO CAPITAL S,G.P.S.,S.A.
- 2005 - 2011 Vogal Conselho de Administração CAETSU PUBLICIDADE S.A.
- 2006 Vogal do Conselho Fiscal CAETANO AUTO, S.A.
- 2010 Vogal do Conselho Fiscal FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a. Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2013:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2013, tendo assim sido cumpridas a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 24 de abril de 2013.

b. Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2014:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2014, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais até ao terminus do presente mandato e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2013, esta componente de remuneração não ultrapassou os 2% dos resultados distribuíveis, conforme proposta desta Comissão.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2014, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério. A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luís Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça



Toyota Caetano Portugal, S.A.